



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário — Ano I — nº 7 — Abril de 1990.

Por um 1º de Maio contra Collor e a burguesia

Somente através da luta direta das massas
o Plano Collor será derrotado!

Contra o desemprego e o confisco salarial, a pobreza e a indignância,
a tarefa é organizar a greve nacional.

Abaixo o Plano Collor

Não à fome e à miséria!

Contra o desemprego, ocupar as fábricas!

Contra o arrocho, greve geral!

A T.POR realiza sua 1ª Conferência

Nos dias 31 de março e 1º de abril a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário realizou sua 1ª Conferência Nacional. Oito meses após o seu Congresso de fundação, a conferência se constituiu numa demonstração de vitalidade política e vigência desta organização revolucionária que no Brasil combate pela construção do Partido Revolucionário e é a única que defende de fato a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A Conferência teve a tarefa de avaliar a trajetória da Organização buscando superar as deficiências e formular a linha de intervenção para o próximo período, trabalho que o conjunto da Tendência avocou com alto espírito partidário. Dos diversos temas discutidos e que se traduziram nas resoluções aprovadas há que destacar algumas pela sua transcendência e atualidade: a caracterização do governo Collor e a defesa de uma oposição revolucionária ao mesmo; a defesa da revolução política no leste europeu e a reivindicação da revolução bolchevique de 1.917 e, o debate sobre o Partido revolucionário e sua construção no Brasil.

Oposição Revolucionária ao Governo Collor

Precisamente no momento em que os trabalhadores de todo o país são atingidos por um brutal ataque às suas condições de existência promovido pelo novo governo, ressalta a importância e o mérito da T.POR ter combatido desde o período eleitoral, e ainda antes, por uma linha de oposição de classe ao regime político e de ter chamado às massas a se opor com o método da ação direta ao ataque que certamente viria.

Ao contrário do que faz o PT, que dilue o conteúdo de classe do gov. Collor sob o rótulo genérico de conservador, a T.POR o caracteriza como capitalista e pró-imperialista. Mesmo antes de sua posse, a T.POR já dizia que este seria um instrumento da recolonização do país, da destruição das forças produtivas nacionais e da reconcentração do capital. Com este objetivo o governo haverá de se utilizar de todos os meios, "democráticos" e ditatoriais de que dispõe.

A T.POR diz claramente aos trabalhadores: não há que se enganar com a conversa de que o gov. representa a soberania popular. Nada disso! No capitalismo o povo não tem soberania nenhuma, e os votos nos políticos da burguesia e pequena burguesia foram votos desprovidos de qualquer consciência e arrancados mediante a manipulação e a propaganda que penetra nas mentes das massas despolitizadas e atrasadas. Este governo é capitalista porque representa a ditadura da burguesia, dos grandes capitalistas nacionais e internacionais, cujo interesse se resume em explorar as massas trabalhadoras e o conjunto da nação. Esta é a essência do governo, como o seria a de qualquer governo burguês, e nada muda desta essência a roupagem mais ou menos "democrática" que circunstancialmente ele adote. A oposição puramente parlamentar proposta pelo PT, o coloca na prática do lado do regime burguês, uma vez que seu objetivo é manter a governabilidade do estado, limitando sua oposição a este ou aquele detalhe.

Pelo contrário, há que se promover uma oposição revolucionária, baseada na ação direta em defesa das necessidades imediatas das massas, de salário mínimo vital, aumento geral, escala móvel de salário e emprego e que se eleve a partir destas reivindicações ao enfrentamento do governo e o conjunto do regime político. A oposição revolucionária, portanto, colo-

ca a defesa da greve geral contra o governo Collor. Para tirar a CUT da paralisia, condicionada pela direção do PT, e colocá-la sob a direção das massas, defendemos a imediata convocação de um Congresso extraordinário da CUT, com delegados eleitos pelas bases e com mandato para aprovar um plano de lutas e a greve geral. A Conferência verificou que, no meio do lamaçal do eleitoralismo e democratismo reformista em que afundou a esquerda, somente a T.POR manteve incólume uma linha revolucionária e que se apóia nas tendências mais profundas das massas a se chocarem com o regime. A correção de sua linha é o que explica a vigência desta organização, o fato de ter resistido às tremendas pressões democratizantes e ter se fortalecido.

Pela Revolução Política na URSS e no Leste Europeu: Restaurar a Ditadura do Proletariado

A reacionária política de Gorbachov e de seus congêneres stalinistas dos demais Estados operários degenerados tem provocado o entusiasmo não só da burguesia internacional e nacional senão também da esquerda pequeno-burguesa dos mais variados matizes. Um caso emblemático constitui a direção do PT, para quem as reformas restauradoras do capitalismo são fonte de inspiração para a defesa do "socialismo democrático", espécie pequeno-burguesa que rechaça a ditadura proletária, confundindo-a com a ditadura burocrática estalinista e embelezando a democracia burguesa formal, que só tem vigência sob o regime de propriedade capitalista, portanto oposto ao regime socialista. Diante da degeneração burocrática do Estado Operário, o pequeno-burguês imagina poder melhorá-lo com uma pitada de democracia burguesa sem reparar nas causas da degeneração, precisamente a ação dos interesses burgueses através da burocracia stalinista. Um dos temas centrais da Conferência foi a discussão deste problema, colocado a partir da reivindicação pela T.POR da revolução bolchevique de outubro de 1.917, reconhecida como uma das maiores conquistas da classe operária internacional.

A revolução russa derrubou o poder da burguesia da nobreza, estatizou a propriedade da terra, das fábricas e dos bancos, estabeleceu o monopólio estatal do comércio exterior e sentou as bases para a construção do poder soviético (ditadura do proletariado), a partir dos conselhos (soviets) de operários, soldados e camponeses. Entretanto, o partido dirigente da revolução, liderado por Lenin, tinha clara consciência de que a vitória definitiva da revolução russa estava condicionada ao triunfo da revolução proletária no resto da Europa, e em tal sentido impulsionou a construção da III Internacional Comunista (IC).

A degeneração burocrática que sobreveio à guerra civil, às derrotas das revoluções na Europa e ao isolamento da URSS minaram progressivamente as bases da ditadura do proletariado construída pelo poder soviético, dando lugar à ditadura burocrática da camarilha estalinista. Esta transformação não se deu pacificamente, pelo contrário, a burocracia teve de liquidar um a um os velhos bolcheviques e afogar em sangue toda oposição ao regime.

Ainda por algum tempo, a superioridade da propriedade coletiva e da economia planificada deu frutos suficientes para tirar a velha Rússia do atraso semi-feudal em que se encontra-

va e da bancarrota econômica em que ficou após a guerra civil. Porém, a orientação burocrática trabalhou por isolar o desenvolvimento da URSS do conjunto das forças produtivas mundiais (com a teoria do socialismo num só país) o que levou não só ao abandono da revolução proletária mundial, senão também à estagnação econômica da URSS, dando surgimento ao mercado negro, corrupção generalizada e aos odiosos privilégios dos burocratas graduados do PC e principalmente reforçando as camadas exploradoras que sobreviveram à Revolução. Desta maneira, o Estado defenerado acabou se tornando em algo oposto às massas e fator de negação da propriedade estatizada dos meios de produção.

A ofensiva atual da burocracia comandada por Gorbachov procura concluir a obra iniciada pela burocracia estalinista. Na negação real da ditadura do proletariado e do desenvolvimento da revolução mundial, fruto da revisão de Estalin, já estava inscrita a restauração futura do capitalismo, como tendência.

Isto se referia Trotski quando caracterizava a burocracia de Termidoriana.

Os violentos choques entre as massas e a burocracia, provocados pelas crise econômica e tentativas restauradoras, estão indicando que os trabalhadores identificam na ditadura burocrática o seu inimigo de classe e demonstram ao mesmo tempo que a situação coloca frente a frente a revolução política e a contrarrevolução restauradora. Essa conclusão distingue a T.POR das demais correntes esquerdistas que ufanisticamente já vêem em marcha a revolução política, sem considerar a força da contra revolução revestida das bandeiras democrático-burguesas e, por outro lado, a ausência dos partidos operários revolucionários, que sem os quais não há como triunfar a revolução política sobre a reação pró-capitalista.

A Conferência da T.POR se definiu claramente pela defesa da Revolução política nos Estados operários degenerados e entende que ela é parte integrante da revolução proletária mundial, combinada com a revolução social nos países capitalistas. Ambas reclamam como condição para sua realização a construção do Partido Internacional da Revolução, o que nas condições atuais somente pode ser a IV Internacional, uma Internacional Trotskista que tenha como seu eixo estratégico a ditadura do proletariado. Essa definição implica na defesa e trabalho pela construção do partido operário-revolucionário em cada ponto do globo terrestre.

**A tarefa de construir um programa para a revolução proletária
Partido de Quadros, de revolucionários profissionais e as células**

A construção do partido internacional, entretanto, exige dos revolucionários de cada país a construção de sólidos quadros nacionais, o que implica a elaboração de um programa

que corresponda às leis gerais do desenvolvimento capitalista, às estruturas econômicas e políticas do país semi-colonial, às relações concretas entre as classes e às tendências da crise. A solução desta tarefa, por seu turno, obriga à assimilação da experiência histórica do proletariado internacional, contidas nas conquistas programáticas do marxismo. A importância decisiva da T.POR trabalhar pelas conquistas programáticas foi uma das conclusões fundamentais da Conferência, porque a coloca numa posição distinta das correntes oportunistas que renunciam se estruturar em torno de claras idéias programáticas extraídas das condições reais do país.

A organização do partido é determinada pelos seus objetivos. Um partido que aspira à revolução, só pode dar-se uma estrutura que lhe permite alcançar este fim. Historicamente, Foi o tipo de organização bolchevique, leninista, que resolveu esta problemática. A conferência da T.POR reafirmou a necessidade de se construir o partido revolucionário no Brasil nos moldes do partido bolchevique, de acordo com as condições exigidas pela luta completa em nosso país.

Foi, sem dúvida, uma das mais importantes discussões da conferência o debate sobre o caráter e a natureza do partido. Este deve estar constituído por revolucionários profissionais integralmente dedicados à atividade revolucionária e com domínio da ciência marxista. No partido ingressam os militantes mais audazes e decididos, os melhores elementos do proletariado e demais assalariados oprimidos. É assim que se constitui um partido de quadros, que se destacam precisamente pela sua capacidade de se ligar às massas trabalhadoras, traduzir para elas o programa revolucionário e dirigir suas lutas.

A vida do partido se desenvolve em torno às células. Elas são as antenas do partido para captar as necessidades e o movimento das massas e é através delas que o partido intervém concretamente na luta de classes. Nas células se dá a discussão e assimilação da linha partidária, se elabora coletivamente o programa e se centraliza a ação dos militantes. A intensa discussão sobre esta questão na conferência demonstrou um avanço na homogeneização política e na assimilação da linha partidária.

No Brasil, as massas trabalhadoras tem a sua perspectiva política limitada pelas direções reformistas e democratizantes e ausência do partido revolucionário contribue para reforçar esta nefasta influência. O balanço de atividades da Tendência, entretanto, demonstrou a vigência do Partido Revolucionário. A resposta a todos os problemas colocados pela situação e o acerto das posições e prognósticos se explicam a partir da estratégia da revolução e ditaduras proletárias que a T.POR levantou desde sua fundação. A superação da crise de direção e a construção do partido revolucionário passa pela realização das bandeiras da T.POR.

Escreva para o Jornal MASSAS

**um jornal de luta
pelo governo operário e camponês
e pelo socialismo**

**Caixa Postal nº 01171
CEP 01067 - São Paulo - SP**

Como Collor pretende resolver a crise

O plano Collor completou um mês. E já revelou efeitos profundos na economia do país. As tendências recessivas que já se manifestavam durante a última década, principalmente nos últimos dois anos, foram fortemente incrementadas. Os dados indicam que uma grande parte da indústria está completamente parada. Sérgio Bergamini, diretor de Economia da Fiesp, afirma que 90% das indústrias em São Paulo estão paradas (Folha de São Paulo, 29/03), e há setores onde a paralisação é absoluta (automóveis). Se nos últimos dez anos a ociosidade na indústria brasileira girou em torno de 20%, o plano Collor em seus primeiros dias multiplicou esse índice por quatro.

Já foram demitidos mais de 200 mil trabalhadores. Só no estado de São Paulo, segundo a Fiesp, já se demitiu mais de 120 mil trabalhadores. Um estudo do DIEESE já apontava para um crescimento de 17,4% no índice de desemprego na Grande São Paulo (6,9% em janeiro e 8,1% em fevereiro). O plano Collor leva agora o desemprego a ponto crítico. Setores fundamentais da economia, completamente parados, estão dando férias coletivas aos funcionários, postergando as demissões que certamente virão. É o caso dos metalúrgicos, por exemplo, com 2/3 do pessoal em férias, ou dos Têxteis-SP, com 50 dos 70 mil trabalhadores da categoria sob ameaça de demissão. E, enquanto prosseguem as demissões, não há oferta de emprego, e o exército de reserva de mão de obra tem crescido vertiginosamente. Isso contribuirá para reduzir ainda mais os salários, pelo excesso de oferta de mão de obra. A situação poderia ficar ainda pior que a de 1981, quando se rebaiou fortemente os salários através das demissões e da rotatividade.

O confisco salarial do plano mostra-se agora superior a 100%. Não apenas foram confiscados os 84,7% da inflação de 15 de fevereiro a 15 de março, mas também os aumentos de preços dos 15 dias restantes do mês. Significa que o salário atual está desvalorizado para menos da sua metade. E que a lucratividade dos capitalistas aumentou bastante com toda essa economia que será feita em relação aos salários superdesvalorizados.

Os jornais têm noticiado que muitos especuladores foram alertados quanto ao plano Collor antes do feriado bancário, e que com isso teriam se livrado do confisco e obtido altos lucros com a oscilação do dólar paralelo. Até a mãe do presidente foi citada. Mas mesmo aqueles que não puderam se precaver do bloqueio aos cruzados terão uma grande compensação pelo aumento de sua lucratividade, obtida pela expropriação salarial e pela valorização dos seus produtos. Além disso, o governo permitiu que o grande capital se utilizasse de uma série de "brechas" no plano para liberar cruzados bloqueados, coisa que

os pequenos e médios poupadores não puderam fazer. Os empréstimos a juros baixíssimos (12% ao ano!) também beneficiarão os grandes capitalistas. E há ainda estudos do governo para liberar cruzados para "aplicação produtiva". Os exportadores também têm sido beneficiados pela valorização artificial do dólar no câmbio flutuante, feita através da compra de 30 a 100% superior às suas necessidades pelo Banco Central que, frente a uma liquidez extremamente reduzida, eleva os ganhos dos exportadores às nuvens.

O que está por vir

Os jornais têm mostrado haver uma polêmica entre os economistas sobre a duração da recessão. Alguns apontam para uma recessão breve, com a retomada de crescimento para daqui a alguns meses. Para setores do grande capital isso pode ser verdade, na medida em que pode resistir à recessão por mais tempo, ainda mais com sua lucratividade elevada pelo confisco salarial. Especialistas norte-americanos têm previsão bem diferente em relação ao conjunto da economia. Edward Kerschner, por exemplo, afirma que "a recessão será bastante acentuada". Certamente, a tendência aponta para uma quebra generalizada de pequenas e médias empresas. O que levará a uma reconcentração do capital, em benefício do grande capital nacional e internacional, e ao incremento do desemprego.

A agricultura, que foi atacada com impostos e corte de financiamentos tende à depressão. Os grandes produtores, voltados à exportação e ligados ao imperialismo, podem suportar a nova situação. Mas os pequenos e médios, que se voltam à produção de alimentos e produtos para o mercado interno, terão que diminuir a produção, ou até quebrar. A tendência é a reconcentração da terra nas mãos dos grandes latifundiários, ligados ao grande capital.

O governo tem colocado que venceu a inflação. Aponta para um índice que varia entre o teto de 5%, ou até mesmo para uma leve deflação. Acontece que os preços, na data de decretação do plano estavam já superestimados, contando inclusive com taxas de juros de financiamentos que chegaram em fevereiro a superar os 120%. Com a redução dos juros, e a manutenção dos preços, estes tiveram seu valor real elevado, o que configura também uma expropriação salarial ainda maior.

Um dos pontos centrais do plano, a abertura ao capital estrangeiro, embora ainda não tenha se concretizado, tem tudo para acontecer, principalmente depois da aprovação do plano pelo Congresso Nacional. Raul Beer, sócio de uma das maiores empresas mundiais de consultoria e auditoria, a Price Waterhouse, disse no último dia 04 de abril que "O in-

gresso maciço de capital estrangeiro, e um grande número de associações, além de um movimento de compra e venda de empresas, são consequências previsíveis do plano Collor para os próximos meses." Adriano Murgel Branco, articulista do Estadão, afirma que "o empresariado nacional teve sua liquidez fortemente reduzida e o seu mercado consumidor abalado, as empresas estrangeiras que aqui operam poderão reforçar sua liquidez trazendo novos recursos." Prevê também a "desnacionalização a passos largos". Como se vê, há consciência do capital sobre a tendência à penetração do capital estrangeiro, que é uma das bases do plano Collor.

O conteúdo essencial do Plano

O ponto de partida para analisar o plano Collor é caracterizar seu papel de resposta às pressões do imperialismo e às tendências da crise mundial capitalista.

O plano procura atender à estratégia do imperialismo para a crise mundial de sobreprodução, que consiste em destruir massivamente as forças produtivas do país e reconcentrar o capital fortemente nas mãos das metrópoles (recolonização). Nesse sentido, aprofunda as tendências recessivas na economia nacional (expressão das tendências recessivas na economia mundial), que pode levar a uma depressão. As hipóteses lançadas sobre uma recessão passageira ou branda desconhecem a profunda ligação entre a economia nacional e a mundial.

A proposta imperialista para sair da crise é destruir as forças produtivas num país onde o desenvolvimento capitalista é ainda insuficiente. Expressão das leis gerais do capitalismo, aqui se combinam o violento bloqueio das forças produtivas internacionais com o bloqueio da estrutura econômica atrasada do país. Em torno de alguns centros de avançada industrialização movimentam-se regiões inteiras mergulhadas no mais contundente atraso. Os centros mais adiantados condicionam o conjunto atrasado e vice-versa. O bloqueio na atividade industrial repercute diretamente sobre a atividade agrícola, e sobre o conjunto da economia. A saída imperialista leva necessariamente a ampliação do abismo entre a esfera adiantada e o restante atrasado. O que se configura numa resposta extremamente reacionária e retrógrada para a situação.

A crise de sobreprodução se manifesta muito concreta e visivelmente na economia nacional quando se percebe que o governo teve que reter em suas mãos um excedente de cerca de 120 bilhões de dólares que eram utilizados apenas na especulação financeira. Um excelente de 1/3 do PIB, que estava sem possibilidade de ser aplicado, porque não há mercado para tal investimento produtivo.

Trata-se de um sinal do predomínio da aplicação financeira sobre a produtiva, expressão da crise mundial estrutural capitalista. O governo teve que reter esse montante porque já não havia mais como sustentar a ciranda financeira através do déficit público. Os papéis que representavam uma espécie de "dinheiro fantasma" estavam ameaçados de não representarem mais nada.

Os efeitos já revelados pelo plano e as tendências para onde aponta configuram-lhe como uma via de destruição massiva das forças produtivas, e mostra concretamente o caráter de barbárie da resposta imperialista para a crise.

Os principais posicionamentos diante do Plano

O imperialismo, apesar de um cuidado quanto aos aspectos recessivos do plano (refletidos na queda da cotação dos títulos da dívida brasileira), demonstrou um entusiástico apoio. O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, afirmou seu apoio ao plano destacando porém que a ajuda econômica que se pretende dar ao Brasil somente será negociada após a aprovação do mesmo pelo Congresso Nacional. Michael Camdessus, do FMI, e Alan Greenspan, do Federal Reserve, acolheram entusiasticamente a visita da ministra Zélia aos EUA, tendo este último dito que "você têm que ter êxito. Isso é crucial para nós".

É por que haveria de ser diferente? O plano Collor abriu as portas para as importações de produtos americanos e europeus, propôs a desestatização como ponto de conversão de uma dívida externa superdesvalorizada, favoreceu os exportadores, que em geral são empresas multinacionais que aqui se instalam, aproveitando-se dos baixos custos da mão de obra e dos benefícios concedidos pelo governo, não se colocou numa posição de confronto com o capital financeiro internacional, deixando a dívida externa intocável, abriu novas perspectivas de reconcentração do capital, favorecendo o monopólio. Tudo de acordo com as pretensões imperialistas. Não é à toa que "entusiasmo" seja a palavra mais utilizada para definir a reação imperialista ao plano.

O grande capital nacional tem apoiado o plano, contando com sua capacidade de pressionar o governo no sentido de se utilizar dos cruzados bloqueados, com sua própria capacidade de reconcentrar o capital em suas mãos e com a compensação da queda na produção pelo aumento da lucratividade. Os efeitos do plano Collor na economia levarão necessariamente a um processo de luta interna entre as várias facções do capital, no sentido de se livrar de perdas momentâneas da maneira mais vantajosa possível. Acontece que o grande capital tem capacidade para impor as condições e as regras do jogo, e assim se beneficiar do mesmo. De qualquer forma, a recessão e a quebra de médias e pequenas empresas possibilitarão ao grande capital assumir os despojos daqueles, reconcentrando capital.

As posições de caráter nacionalista (PDT, PT) partem de uma caracterização do plano como recessivo, e de que abriria uma via para

um novo tipo de acumulação capitalista, baseada na internacionalização do capital. Criticam a possibilidade da perda do poder de influência do Estado na economia, que acontecerá com a desnacionalização. E concluem defendendo a democratização do Estado Capitalista e a desprivatização da economia. Segundo eles, a constituição de um governo democrático e popular, que abriaria a possibilidade de participação dos trabalhadores no Estado, seria o caminho para implantar as reformas que levariam a uma progressiva "sociali-

zação" da sociedade e da economia. Trata-se de uma solução utópica e reacionária. Utópica porque não é possível um desenvolvimento independente da economia nacional em relação à mundial. A economia já está internacionalizada, há muito tempo. Reacionária porque coloca a solução da crise nas mãos da burguesia nacional dependente do imperialismo, suporta novas relações com este e, portanto, uma "diminuição" da opressão, sem eliminá-la. A sua defesa do capitalismo de Estado é no fundo a defesa do capitalismo brasileiro, do

Demissões em massa: Não aos acordos derrotistas Ocupar as fábricas

Um dos efeitos mais contundentes do plano Collor são as dezenas de milhares de demissões que estão ocorrendo. Os trabalhadores têm reagido espontânea e circunstancialmente através de algumas lutas isoladas, como a da Villares (SP) ou a da Caeeb (RJ). Mas, no conjunto, as demissões estão pegando os trabalhadores desprevenidos.

A responsabilidade por isso cabe às direções do movimento, em primeiro lugar aos pelegos da CGT. Medeiros e Magri sabiam do conteúdo do plano, desde dentro do governo. Antes da decretação do mesmo, se utilizaram dos meios de comunicação para defender a desestatização e a abertura ao capital estrangeiro através de um choque, mas levantaram a preocupação em relação à recessão (e às prováveis demissões) que poderia desgastá-los frente à classe.

Decretado o plano, passaram a apoiá-lo criticando seus aspectos recessivos. E se propuseram a uma aliança com os empresários como objetivo de estabelecer um acordo onde se liberariam os cruzados bloqueados para folhas de pagamento em troca da contenção das demissões. Formalmente se colocaram contra os acordos de redução de jornais com redução de salários, mas na prática tem trabalhado e incentivado a realização dos mesmos. Apoiam-se no receio e no sentimento de auto-defesa de uma parcela dos trabalhadores para dividí-los, apontando que o momento é de luta pelo emprego e não pelo salário, isso diante de um brutal achatamento salarial, como é o que vivemos. No momento, procuram formas de limitar as demissões que, enquanto forem seletivas são assimiláveis mas quando se sucederem de forma generalizada e massiva colocarão o conjunto da classe a pressionar o sindicato. É por isso que os acordos de redução de jornada e salário tem ganho força: por um lado, os patrões têm a promessa de não haver greves, sem custos adicionais; de outro, os pelegos limitam as demissões e evitam um confronto e desgaste com a classe. Só os trabalhadores saem perdendo.

Os acordos que têm sido assinados não são nem mesmo uma garantia provisória de emprego. Eles garantem sim um refluxo individualizado dos trabalhadores, que no momento apoiam os mesmos como auto-defesa individual. Os patrões se utilizam dos acordos para preparar o terreno para as futuras demissões em massa, que desta forma virão tomando os trabalhadores desmobilizados e desprevidos. Os acordos funcionam como paliativo da mesma forma que as férias coletivas, que estão sendo utilizadas em larga escala para preparar demissões. Os pelegos, ao incentivarem sorratamente os acordos estão colaborando para que as demissões venham sem resistência.

A burocracia cutista também têm grande responsabilidade pela situação atual. Acaso não sabiam que o plano traria recessão e desemprego? A resposta é que ficaram muito mais preocupados com a campanha eleitoral de Lula, apontaram para os trabalhadores que esse seria o caminho para resolverem seus problemas, e contiveram as lutas, deixando o movimento desarmado diante da alternativa do imperialismo que certamente seria o plano Collor. Agora que vieram as demissões, levantam todo tipo de argumento para se explicar. Aproveitam-se de um receio real que existe no interior da classe, e da própria desconfiança em relação às direções para conter a luta ao afirmarem que "a espada do desemprego sobre a cabeça do trabalhador dificulta a mobilização da categoria" (Meneghelli, em OESP de 30/03). A burocracia cutista admite que há desemprego e é necessário enfrentá-lo, mas não impulsiona as lutas porque existe temor em relação às demissões. Assim, como não há lutas, crescem as demissões, e o temor ao desemprego, e portanto não há mobilização. E assim, nunca se luta. Embora tenha se colocado em declarações contra os acordos de redução de jornada com redução salarial, a direção cutista não move uma palha para evitar as demissões. Restringe-se a formar lobies conjuntamente com pelegos e empresários no congresso para aprovar remendos ao plano.

Se é verdade que há muita ilusão no plano e muito receio das demissões, também é verdade que o papel de uma direção é apontar o caminho correto e lutar com todas as suas forças para mobilizar a classe contra os ataques aos salários e aos empregos. Se essa campanha culminará em lutas da classe ou não cabe aos trabalhadores decidirem coletivamente em suas assembléias. O que não se pode fazer é deixar o facão comer solto e ficar numa posição formal contra o desemprego.

Também não adianta a busca de acordos com os patrões onde se pretende uma reduzida estabilidade (que no fundo é uma limitação das demissões) em troca de migalhas do Banco Central para pagamentos de folha de pagamento.

Defendemos uma reação imediata contra as demissões. Onde houver demitidos, ocupemos as fábricas, até a reintegração dos companheiros. Nada de conchavos com os patrões! Nada de Pacto Social! Pela ação direta! Pela unidade dos demitidos e dos não demitidos contra os patrões e contra o governo! Pela greve geral por tempo indeterminado para derrubar o plano Collor!

capital nacional. Sim, porque o Estado é capitalista, defende os interesses do capital. Desta forma o mesmo não pode servir de instrumento de "redistribuição" de renda ou para "diminuir" a opressão nacional. O reformismo é inviável nos marcos da crise mundial capitalista. Por sua vez, os chamados "progressistas" do PSDB, em aliança com o PMDB, propuseram pequenas modificações no plano, a maioria com o objetivo de tirar algum proveito eleitoral sem ferir a essência do Plano. O deputado José Serra chegou ao ponto de propor um corte de 10 bilhões de dólares no orçamento do governo para o próximo ano, o que diminuiria ainda mais a capacidade

de intervenção do mesmo na economia, e certamente contribuiria para aumentar a recessão e o desemprego. Mas mesmo as limitadas modificações colocadas em medidas secundárias do plano foram vetadas por Collor. E a essência do mesmo, a medida 168, foi aprovada sem modificações. O apoio indisfarçável ao plano demonstra na prática como a trajetória "progressista" só pode concluir numa posição pró-imperialista.

Pôr abaixo o Plano Collor

Desde antes da campanha eleitoral de 89, apontamos que a estratégia do imperialismo

para a crise era a recolonização, a destruição das forças produtivas e a reconcentração do capital sob suas mãos. Enquanto as organizações de esquerda estavam mergulhadas na caça frenética de votos a Lula, a Tendência POR apontava para a necessidade de se armar as massas para enfrentar o arrocho, o desemprego, a recessão e a entrega ao capital estrangeiro que poderia vir com a vitória de Collor (e mesmo com a vitória de Lula, ainda que de forma gradual e mais demorada). Quando Collor venceu, todos procuravam explicar eleitoralmente a derrota do PT para justificar suas políticas, e caracterizavam Collor como um governo "conservador". Não apontavam para o papel desmobilizador que as eleições jogaram nem para o caráter capitalista e pró-imperialista do governo eleito. Assim, foram pegos completamente desarmados para enfrentar a situação. A T POR indicou desde o princípio que o plano que viria seria antinacional, antipopular e antioperário, e defendeu a convocação do Congresso de Base Extraordinário da CUT, e a preparação da greve geral por tempo indeterminado. Isso só foi possível porque partimos da caracterização marxista da crise mundial capitalista (estrutural, histórica), que se manifesta com suas especificidades sobre a economia do Brasil, país semicolonial, atrasado, e que só apresenta duas vias de saída: a imperialista, de destruição das forças produtivas nacionais, e a revolucionária, de desenvolvimento ao máximo das mesmas.

Partindo de uma caracterização de classe do governo Collor, em oposição ao legalismo democratizante, levantamos a consigna de Oposição Revolucionária ao novo governo burguês. O que significa chamar o proletariado a encabeçar a luta da maioria oprimida contra o governo antinacional e antipopular. A resistência e a ofensiva da maioria oprimida contra os ataques do governo pró-imperialista é a única força capaz de impor derrotas ao grande capital e preparar o terreno para a transformação da atual etapa pré-revolucionária em francamente revolucionária. É certo que a revolução não acontecerá amanhã, porque não há um partido revolucionário, as massas não estão maduras subjetivamente, não há organização, etc. Mas para caminhar no sentido da revolução é preciso desenvolver as lutas das massas, fazendo com que elas cheguem à conclusão da necessidade da revolução por sua própria experiência, o que só pode se dar se o partido lhes apontar o caminho correto, dizer a verdade. No momento, a defesa de uma oposição de classe (programa proletário, organização e ação independente e de massa), em oposição à orientação reformista e frente populista do PT e aliados, que estrangula o desenvolvimento das lutas, é a via para defender uma linha antiimperialista e anticapitalista, que aponta no sentido da emancipação dos oprimidos sob a direção proletária. A defesa da convocação de um Congresso Extraordinário da CUT, de base, de luta, para preparar a greve geral por tempo indeterminado, que coloque abaixo o plano Collor é a via que permite para defender a unidade de todos os oprimidos sob a direção proletária numa luta antiimperialista, materializando no momento a frente revolucionária antiimperialista.

A executiva da CUT analisa o Plano Collor E qual a conclusão?

Entre os dias 17 e 18 de março a Executiva Nacional da CUT analisou as medidas econômicas do governo e constatou os seguintes pontos: a) Em relação ao ajuste fiscal: (...) o fim dos subsídios e incentivos tende também a gerar pressões de custos que seriam repassados aos preços finais de vários produtos e provocam injustiça em outros setores sociais para os quais o subsídio é indispensável. As privatizações e demissões devem provocar desemprego setorial elevado. b) sobre o ajuste monetário: "Tais medidas provocarão recessão no plano imediato, trazendo o desemprego, queda da massa salarial, pressão para redução nos níveis de salário real (por excesso de oferta de mão de obra) queda de várias pequenas e médias empresas e agravamento das condições de vida da maioria da população"; c) Política de preços e salários: "Essas medidas significam que desaparecerão 45 dias de inflação para efeito de reajuste obrigatório de salário: exatamente o período que vai de 16 de fevereiro a 15 de março (...) e daí até 31 de março (...) se a inflação no período (refere-se a 16 a 31 de março) for a zero ou positiva ficará entre aquele índice (85 ou 90%) e um outro talvez superior a 100% (...). Neste caso, seria o maior confisco salarial dos planos de estabilização". Estas três consequências, por si só, demonstram o quadro estarrecedor criado pelo Plano Collor. E qual é a conclusão da CUT? Por acaso exige imediatamente que todos sindicatos convoquem as assembleias gerais? Lança um plano de mobilização centralizado e vigoroso? Põem toda sua força material e militante a preparar a resistência nacional contra o desemprego, o confisco e a desnacionalização da economia? Lança um chamado de guerra ao violento plano, que trará mais mortalidade infantil, mais desabrigados, mais indigentes, etc? Convoca um congresso extraordinário de base para responder com a unidade da maioria oprimida e com uma plataforma operária? Levanta a necessidade de preparar a greve geral? A resposta é negativa. A CUT se dirige a negociar a unidade com os patrões para não haver demissão em grande escala e fecha os olhos para a redução salarial. Volta-se às pressões lobistas no Congresso totalmente dominado por Collor. Preocupa-se em se reunir com Medeiros e seus asseclas para pressionar este ou aquele setor do patronato metalúrgico, quando o ataque atinge toda classe trabalhadora. Então para que serve a análise e a denúncia dos efeitos catastróficos do Plano? Não deveria ser para levar as massas a se organizar e lutar com suas próprias armas?

Para uma direção de classe sim, mas para a burocracia reformista não. Para esta, o estudo detalhado do Plano serviu para concluir o seguinte: 1) Que o Plano Collor "faz parte de um projeto que visa, a médio e longo prazos, renovar o padrão de acumulação por meio da internacionalização da economia sob o controle do grande capital transnacional e a privatização do Estado"; 2) A crítica e a contraposição ao plano econômico, portanto, devem ser elaboradas numa perspectiva que privilegie um projeto diferente daquele" (Que certamente é o do PT). E qual seria esse projeto? Eis a resposta: "nesta perspectiva, o crescimento econômico (incluindo a modernização científica e tecnológica), a ampla distribuição de renda (direta e indireta) e o saneamento, democratização e resgate do sentido público do Estado nos campos econômicos e social são condições indispensáveis para o combate ao processo inflacionário no Brasil dentro dos marcos políticos da democracia. Isso não poderá ser conseguido sem um processo amplo de discussão, que não pode prescindir da participação da classe trabalhadora". Em síntese, a executiva da CUT critica o Plano para convencer os trabalhadores de que a alternativa melhor seria aquela que resolvesse a crise capitalista no quadro da democracia (portanto, do Estado burguês), distribuindo renda, democratizando a coisa pública, desenvolvendo a economia, etc, etc. Enquanto a arma de Collor é o pró-imperialismo, a da CUT, (diga-se o PT) é o reformismo burguês, que mantém as relações capitalistas fazendo remendos neste ou naquele aspecto. Se não conheçermos os economistas e dirigentes da CUT, julgaríamos que se trata de um sonho inocente; mas na verdade não passa de demagogia eleitoral e disvirtuamento de todo problema da crise capitalista. O resultado é que a CUT acaba por ser anulada, por sua direção, como instrumento de defesa dos trabalhadores e por servir de conduto para a defesa da democracia burguesa, que, no caso concreto, se traduz na sustentação da governabilidade do governo pró-imperialista.

FORA COM A MISTIFICAÇÃO DEMOCRATIZANTE!

FORA COM O REFORMISMO ANESTESIANTE!

TODA FORÇA À LUTA DE MASSA CONTRA O PLANO COLLOR!

Declaração às convenções do PT

O PT realizará suas Convenções num quadro extremamente difícil para as massas, golpeadas duplamente pelo desemprego e pelo confisco salarial, produzidos pelo Plano Collor. Acrescenta-se a isso, o fato do Brasil estar diante de um amplo processo de desnacionalização e saque da economia nacional pelo capital imperialista. Os partidos burgueses democratizantes, como o PMDB e PSDB, se aliaram completamente aos partidos da direita, como o PFL e PDS, para dar ampla sustentação no Congresso Nacional ao Plano Brasil Novo, isto é, à arremetida capitalista contra as massas e às exigências dos credores internacionais. As votações que ocorreram no Parlamento consagraram a covardia dos democratizantes e a capitulação dos velhos nacionalistas. Por outro lado, comprovaram mais uma vez que o Congresso nem de longe poderá ser o canal por onde se quebrará a política antinacional e antipopular de Collor. Quando muito poderia servir ao PT para denunciar seu papel de sustentáculo dos interesses gerais dos exploradores, entre os quais se inclui o imperialismo. Entretanto, vemos que o próprio PT está preso nessa arapuca parlamentar e participando de votações e negociações em torno de emendas, cuja única função é de dar a falsa impressão de resistência ao Plano e de, finalmente, legitimá-lo como fruto da democracia. Essa conduta do PT o coloca como responsável pelo Plano, pois uma oposição aparente e fraudulenta é tão avalista quanto aquela de apoio explícito. O PDT, por exemplo, tem condenado em palavras o Plano, mas tem consentido sua aprovação "inevitável" no Congresso, como parte natural e lógica do jogo democrático burguês. Isto é, uma oposição demagógica e, portanto, compromissada com os resultados catastróficos das medidas econômicas. Uma atitude séria de uma direção política se verifica no fato desta colocar para o proletariado e as massas a tarefa de resistir e combater o Plano de fome, desemprego e entreguismo. Ou os explorados saem em luta organizada contra o governo pró-imperialista e todos seus aliados, ou então terá de sofrer consequências das mais trágicas, que advêm da recessão, da destruição de parte das forças produtivas e do aumento da concentração monopolista do capital. A T.POR, há tempo, vem criticando a rota eleitoralista do PT e sua contribuição para manter o proletariado a reboque do democratismo burguês. Agora, frente à ascensão de um governo de traços fascizante, o partido continua a insistir na mesma política, que favorece o Estado e as forças capitalistas contra as massas. Mais uma vez, conclamamos que o PT rompa com o democratismo pequeno-burguês e se coloque pela mobilização independente das massas. A CUT é um instrumento poderoso para isso, mas está amordaçada pelos cálculos eleitorais e pelas manobras de pressão sobre os parlamentares da burguesia. Se o PT se colocar pela ação direta dos explorados, certamente poderá potencializar a CUT, uma vez que exerce sobre ela uma influência decisiva. Considerando esse fato, a T.POR reivindica da Convenção Estadual e Nacional do PT a aprovação dos seguintes pontos, a serem levados à prática imediatamente:

- 1) O PT se declara pela derrubada do Plano Antinacional e Antipopular de Collor através da luta de massas;
- 2) O PT se coloca por denunciar o Parlamento e todos partidos burgueses como cómplices com o governo pró-imperialista e com o seu Plano de desemprego e miséria;
- 3) O PT se coloca pela imediata convocação de um congresso extraordinário de base da CUT para aprovar um plano operário contra a crise capitalista e contra as saídas burguesas, que sacrificam as massas;
- 4) O PT defende a organização imediata de uma campanha nacional contra o pacote e pela preparação da greve geral para pôr abaixo a ofensiva patronal e a opressão nacional;
- 5) O PT se coloca pela convocação simultânea de assembleias sindicais, assembleias populares e pela formação de comitês operários e populares de resistência e luta contra o desemprego e a fome;
- 6) O PT defende a ocupação das fábricas que demitirem os seus trabalhadores como forma de defender o direito ao trabalho e à vida dos assalariados; ~
- 7) O PT levanta as seguintes bandeiras como ponto de partida da luta de massas:
Pela Recuperação de todas as perdas salariais
Pelo salário mínimo real com escala móvel dos salários
Emprego a todos e estabilidade com escala móvel das horas de trabalho
Não pagamento da dívida externa e expropriação do grande capital
Abaixo o Plano Collor!
Abaixo o governo pró-imperialista e por um governo operário e camponês!

Os encontros do PT

Tudo pelas eleições

Em abril foram feitas às convenções municipais, preparatórias para o Encontro Estadual a ser realizado em maio e, logo mais em junho, haverá a Convenção Nacional. Estarão essas convenções voltadas a armar o partido para intervir na luta de classes e colocar a sua militância a serviço da mobilização direta das massas? Absolutamente não! O seu objetivo central se concentra na escolha dos nomes às candidaturas para as próprias eleições. O PT, definitivamente, se transformou num instrumento para as disputas eleitorais e para o jogo da política parlamentar. Toda a sua atividade gira em torno dos calendários e das manobras com os partidos burgueses democratizantes, seja para compor chapas, seja para exercer a atividade legislativa intramuros. O tão decantado "partido de massas", contraposto ao partido de quadros revolucionários, finalmente revelou ser de massa eleitoral, isto é, um partido de esquerda eleitoral, integrante do espectro partidário que compõe atualmente o Estado burguês. Isso explica porque o 6º Encontro não se destina a levantar um programa operário para se contrapor ao plano pró-imperialista de Collor e a aprovar medidas de luta capazes de pôr em pé um movimento de massas contra o desemprego, o arrocho e a destruição de parte da economia nacional. Da Articulação aos esquerdistas, as posições políticas defendidas servem para calçar a disputa dos nomes para governador, deputados etc.

O que mudou no Brasil?

No documento do Diretório Estadual (PT Informa) se afirma: "O Brasil mudou a partir das eleições de 89". Mudou porque o PT saiu fortalecido das urnas, porque mobilizou eleitoralmente e porque conseguiu articular uma frente de esquerda". E conclui: "O ano de 90 será marcado pela polarização social, que terá no Congresso Nacional e nas eleições gerais do fim do ano, um dos principais campos de disputa". Agrega-se a isso que, de um lado, estaria Collor com as medidas provisórias e, de outro, "a articulação popular e democrática, fora e dentro do Congresso". Essa análise serve para esconder o real conteúdo da política democrática pequeno burguesa. Isto é, a valiosa contribuição dada pelo PT aos esforços dos partidos burgueses de canalizar a luta de classes para o campo democrático burguês. O que de fato mudou no país é a abertura de um novo estágio da crise política econômica inaugurada com a edição totalitária do plano antinacional e antipopular de Collor. E como o PT encara esse fato? Coloca-se por subordinar a necessidade da luta das massas contra a ofensiva capitalista (que trará desemprego e mais miséria) à "polarização social" nas eleições e no parlamento. Constitui-se um artifício de pensamento afirmar antecipadamente que a polarização social terá nas eleições e no Congresso um dos principais campos de disputa. Para que isso ocorra, depende do proletariado ser arrastado do seu campo próprio de luta (greves, manifestações, ocupações), para o terreno da política burguesa-

sa. Caso contrário, o oposto pode ocorrer: um levante grevista dos trabalhadores estará em contradição com as manobras parlamentares e a demagogia eleitoral (democracia formal, voto). Ao invés da "polarização social" ocorrer nas disputas por cargos no estado burguês, se dará entre as massas em luta e o estado, o que inclui a democracia formal, seus partidos, o governo, etc. Porém, é precisamente isso que a direção petista quer evitar, pois para ela já é definitiva a exclusão da luta revolucionária contra o estado capitalista e a escolha da via democrático eleitoral. Para tal, inevitavelmente, deve contribuir para a estabilidade da democracia, do Estado, conduzindo a polarização das classes para a política parlamentar e trabalhando por evitar ao máximo uma situação convulsiva das massas oprimidas que esteja de posse dos meios que lhes são próprios. Sob esse ponto de vista de classe, o que mudou com o fortalecimento do PT nas urnas é que se tornou mais apto para auxiliar os partidos democratizantes da burguesia a quebrar a luta independente do proletariado e das massas exploradas. É disso que as bases do PT devem tomar consciência e rejeitar como sendo política do proletariado.

Qual é a tarefa central da situação?

O plano Collor já demonstrou ser catastrófico, basta ver a onda de demissões e o quadro recessivo formado. Também está claro que as massas arcarão com um sacrifício insuportável. Trata-se de um grave engano supor que o choque econômico é fruto arbitrário de um homem ou de uma tendência política irresponsável da burguesia. A verdade é que o pacote reflete a tendência dominante da crise estrutural capitalista, que extrapola as fronteiras nacionais. A sua essência está em destruir parte das forças produtivas (recessão, quebradeiras, demissões em massa). Ela exprime as poderosas forças de desintegração do imperialismo, que, em última instância, condiciona as economias semicoloniais e as arrasta para o precipício. Portanto, é uma farsa que custará caro ao proletariado considerar viável enfrentar essa tendência por meio do reformismo, do parlamentarismo e das alianças com setores burgueses "progressistas".

A mais nova invenção nesse sentido é o chamado governo paralelo. Por aí não passa o enfrentamento com o novo governo pró-imperialista e de característica fascizante. Há que levantar a bandeira de oposição revolucionária a Collor. Portanto, a verdadeira tarefa de classes consiste em estruturar os organismos de luta das massas, unificando-os num só movimento nacional. Levantar e organizar os trabalhadores por detrás de uma plataforma que contenha as reivindicações defensivas (salário, emprego, moradia), e as reivindicações transitórias de emancipação nacional, liquidação dos latifúndios, expropriação do grande capital, industrial, comercial e financeiro. O que impõe a defesa junto às massas da luta estratégica por um governo operário e camponês (ditadura proletária), antagônico ao governo democrático e popular por seu caráter reformista e institucional burguês.

Preparar a greve geral por tempo indeterminado

O parlamento burguês derrubará o plano reacionário de Collor? A maioria dos partidos não deixou claro que preservará a coluna vertebral do choque econômico? Isso não quer dizer que o parlamento é um instrumento de defesa dos interesses gerais do Estado Capitalista e que as massas não podem

confiar nele para qualquer solução a seu favor? E também não está evidente a capitulação dos "progressistas" perante o caráter pré-imperialista do plano? A política correta do PT não deveria ser denunciar o parlamento perante as massas? Não deveria chamar os trabalhadores a confiar em suas próprias forças? A resposta a essas perguntas, por si só, indica a posição de classe do partido.

O PT é incapaz de romper com seus compromissos parlamentares e suas ligações com os partidos burgueses democratizantes e se colocar pelo levante dos oprimidos. No entanto, não será possível dar um passo para quebrar a espinha dorsal do choque sem organizar um amplo movimento grevista. Mas, para o PT, isso seria fatal, pois as massas se chocariam não só com o governo, mas também com todos os partidos que apoiam o plano, incluindo os "progressistas" (PSDB, PMDB, etc.). Ora, ao não se chamar os explorados a combater o plano nas ruas e a preparar a greve geral, se estará depositando confiança no parlamento e, desta forma, auxiliando a sustentação da política de Collor. Rejeitamos essa linha e defendemos que a CUT, o PT e todos os sindicatos se coloquem pela ação direta dos trabalhadores, organizando a luta nacional grevista.

Combater o imperialismo ou capitular!

Não se pode ignorar, amenizar ou fechar os olhos para o fato de que o plano Collor é a implementação das principais exigências do imperialismo. O PT, mais do que ninguém, tem plena consciência de que nas medidas provisórias estão embutidos os mecanismos da opressão nacional. Somente pelos meios revolucionários, isto é, pela luta das massas, é possível rebater as pressões do capital financeiro e dos respectivos governos metropolitanos. A prática de enxertar e modificar as medidas provisórias com as mais variadas emendas não passa de uma atitude distracionista e impotente do PT perante o verdadeiro gendarme do plano, que tem sua sede em Washington, Bohn, etc. Estão aí a desestatização, a conversão da dívida externa em ativos fixos, as desvalorizações patrimoniais, a desnacionalização e a reconcentração monopolista do capital.

Como enfrentar esse avanço do imperialismo? Segundo o PT, e também o PDT, não se poderá fazer mais do que perder nas votações do congresso e aguardar a chance de se restabelecer novas correlações de forças nas eleições. Isso é o que chamam de oposição democrática. Eis a maior covardia perante o imperialismo, sem se contar a demagogia descarada do Sr. Brizola. Os democratizantes, nacionalistas e reformistas são pródigos em defender as frentes partidárias quando isso lhes ajuda a angariar votos, mas são avessos a unir as massas numa frente de combate ao imperialismo.

Entretanto, objetivamente, os ataques do imperialismo (que se faz através do próprio Estado Nacional e da colaboração do Congresso) exigem uma frente de CLASSE dos oprimidos (operários, camponeses, classe média urbana, pequenos proprietários), sob a direção do proletariado, para rebatê-los e levantar as tarefas de expropriação e derrocada do grande capital. Trata-se, portanto, de defender a constituição de uma frente revolucionária antiimperialista, um organismo de massa destinado a opor a nação oprimida às nações opressoras (imperialistas).

O PT e o socialismo

Segundo a orientação da Executiva Regional, a questão do socialismo deve ganhar destaque na definição do PT. Os acontecimentos do Leste Europeu tem muito a ver com essa decisão. A contribuição do sociólogo Marco Aurélio Garcia, intitulada "O Partido e o debate sobre o socialismo", publicada no PT Informa (fevereiro), expressa bem tal influência. Como Marco Aurélio ocupa uma posição de destaque nas idéias do Partido, podemos considerar que sua exposição representa uma parcela expressiva da direção, principalmente quanto à qualificação de socialismo com democracia.

O seu texto, logo de início, nos chama a atenção por afirmar que o PT nasceu como "partido socialista", mas que até hoje se tem adiado a sua definição como socialista. Eis a colocação: "Independentemente da crise do Leste Europeu — cuja importância é decisiva no momento atual — a discussão sobre o caráter socialista do partido e de seu programa para a sociedade brasileira não pode ser mais adiada". Ora, como um partido pode crescer socialista e até hoje ter evitado determinar com precisão o seu "caráter socialista"? A única explicação para tal proposição absurda é que Marco Aurélio considera o socialismo originário do PT a partir de algumas declarações abstratas a favor do socialismo, da "sociedade sem exploradores e sem explorados", etc.

Embora se diga que o PT surgiu "em polémica com as concepções principistas e dogmáticas de várias matizes sobre o socialismo", na realidade, a direção do PT passou por protelar a elaboração do conteúdo do socialismo, permanecendo ao nível conveniente das generalidades. Porém, essa atitude, que muitas vezes foi amparada pela defesa de um tipo de socialismo

sui generis, autóctone, etc, não refletia nenhum despreparo, mas sim uma manobra para se desenvolver uma linha política democrático-reformista, adaptada à crise e às novas condições eleitorais que se abriam.

O V Encontro coroou este processo com duas importantes definições, a primeira diz respeito à estratégia do governo democrático e popular, portanto, uma forma de poder compatível com o Estado capitalista, e a segunda com a tática de frente-popular, que corresponde às alianças com os chamados setores progressistas da burguesia. Desta forma, a tática eleitoral ganhou primazia e o objetivo do governo de coalizão, para implantar reformas ao capitalismo em crise, passou a ser o essencial da estratégia do partido. É sintomático, como vemos, o fato de Marco Aurélio não só deixar de se referir ao conteúdo da real política do partido (necessária para se entender porque até o presente "o caráter socialista" do PT esteve submerso em águas turvas) como também continuar a se expressar em termos do socialismo abstrato.

O autor insiste que "socialismo, democracia e liberdade não são para o PT abstrações nem meros instrumentos de propaganda, são basicamente valores fundamentais e indissociáveis". E considera suficiente proclamar que "o socialismo está na essência de nossa proposta porque nos constituímos na luta contra o capital e a senda da miséria que ele deixou em nosso país". Ora, nós temos plena consciência da existência passada dos partidários do socialismo pequeno-burguês, que apoiados em bandeiras gerais de democracia, liberdade, e que, inclusive, se diziam adversários do grande capital, se contrapunham à luta do proletariado pela derrubada violenta da burguesia do

poder do Estado e instalação da sua ditadura de classe, isto é, a ditadura proletária. Lênin descrevia esse tipo de socialismo como capaz de "servir-se de tudo que, no marxismo, é aceitável para a burguesia liberal, até inclusive a luta pelas reformas, até e inclusive a luta de classes (sem a ditadura proletária), até e inclusive o reconhecimento geral das idéias socialistas e a substituição do capitalismo por um novo regime, e rejeitar, somente, a alma viva do marxismo, somente seu espírito revolucionário".

Será que não estamos novamente diante dessa família de socialistas, que negam a tarefa central de expropriar a burguesia e destituí-la de qualquer poder político e militar através da revolução proletária? É absolutamente certo que sim! O adjetivo socialismo democrático qualifica a via pacífica (verdadeiramente utópica) e rechaça a luta revolucionária do proletariado, quando está provado que através dos mecanismos da democracia burguesa somente poderá resultar a manutenção da ditadura da classe burguesa, que não deixa nunca de ser instrumento de exploração e opressão da maioria trabalhadora. Considerando o caso do Brasil, onde a democracia é uma caricatura, devido a sua condição de país semi-colonial e atrasado, então, se torna uma aventura trágica o socialismo democrático, pois desarma o proletariado e as massas diante da violência estatal. Está aí a mortandade no campo e os assassinatos de operários em Leme, Volta Redonda, etc.

Entretanto, esses ideólogos iludem (e se iludem também) os trabalhadores com a miragem de que através da democratização do Estado do parlamento e da sociedade, como gostam de dizer, capitalismo cederá lugar ao socialismo.

Não é por outra razão que em seu programa democrático e popular, desfraldado na campanha de Lula, se nega terminantemente a destruição do poder econômico da burguesia e a ruptura radical com a opressão imperialista: em seu lugar, propõe reformas aceitáveis ao capital e assimilável às forças armadas. Está claro que este socialismo com capitalismo não precisa de maiores definições, pois já condiciona toda a vida do PT.

O certo é que o problema se coloca devido à crise do Leste Europeu. Quem não viu que a burguesia apertou o candidato do PT para que se colocasse favorável às posições democrático-burguesas de reconstituição da propriedade capitalista nestas regiões onde a burguesia foi expropriada e, principalmente, na Rússia? O que a direção petista quer, agora, é que o 6º Encontro se pronuncie de vez sobre a questão. Marco Aurélio corre a levantar os valores de liberdade, democracia e pluripartidarismo como essência da passagem do socialismo totalitário (estalinista) para o socialismo democrático. E rebate: "Finalmente, o estabelecimento do pluripartidarismo, da liberdade de expressão, da liberdade sindical, de eleições livres e de outras conquistas democráticas, somente com muita imaginação podem ser associados à volta à democracia burguesa". Certamente, têm muita importância para a luta das massas contra a ditadura burocrática estalinista as bandeiras democráticas como independência sindical, liberdade de organização e expressão, etc. Entretanto, não se pode fechar os olhos para a existência das tendências social-democratas (pró-burguesas), que lutam por liquidar a propriedade estatizada e por edificar o regime democrático-burguês, como um passo para

restabelecer a ditadura capitalista. Por acaso na Hungria, Polônia, por exemplo, não temos um estado avançado de reestruturação das forças pré-capitalistas? E também não é este o percurso indicado pelos reformistas (ala da burocracia) na Rússia, Alemanha Oriental, etc?

Marco Aurélio diz que: "não será fácil ao imperialismo transformar estes países em novas áreas de expansão para seus capitais". Colocado assim o problema, e sobretudo sob um ponto de vista meramente democratizante, é uma irresponsabilidade ou má fé. Isso porque o imperialismo está fazendo uma incursão profunda sobre o Leste Europeu, auxiliado pelo desmoronamento da burocracia e sua transformação em ponta-de-lança social-democrata. Os fatos estão demonstrando que não há nenhuma incompatibilidade entre a burocracia totalitária, que se desfaz sob o impacto da crise, e a sua evolução para posições democrático-burguesas, impulsionadas pelas pressões internas e externas. Por acaso a dissolução dos PCs em agremiações sociais-democráticas não revela esse fenômeno? Os defensores do socialismo democrático não podem ver isso porque julgam a Perestroika e Glasnost como o grande feito da democracia do século. Entretanto, a desagregação do aparato estalinista coloca para o proletariado a necessidade da revolução política, que como tal implica na reconstituição das bases do poder soviético das massas. O rechaço ao imperialismo, a derrota dos democratizantes pró-capitalistas e da própria burocracia totalitária dependem do proletariado e dos camponeses pobres recuperarem o Estado Operário. Isso não será possível sem uma dura luta política, que poderá implicar numa guerra civil, como prenunciou o caso da Romênia e o esmagamento de manifestantes na China.

É certo que se confrontarão, mais cedo ou mais tarde, os democratizantes pró-capitalistas com o proletariado revolucionário, bem como as nações de economia estatizada reagirão à opressão imperialista. Para que as forças pró-comunistas autênticas (que não se confundem com a burocracia estalinista) tenham êxito é decisivo a construção do partido revolucionário assim as bandeiras de democracia operária encontrarão plenitude sob o Estado Operário desestabilizado. É nesse sentido que os comunistas revolucionários deverão encarar as reivindicações da democracia política, que vão desde a liberdade sindical até o pluripartidarismo das expressões legítimas das massas, que não se confundem com a liberdade de reação se organizar para pôr abaixo o Estado operário. O que os defensores do socialismo democrático precisam dizer abertamente é que são contra a restauração da ditadura proletária no Leste Europeu, assim como estão contra a ditadura e revolução proletária no Brasil capitalista. E para isso terão, também, de deixar claro que sabem diferenciar a infame ditadura burocrática estalinista da ditadura proletária, a mais genuína democracia que as massas conheceram na história. Se assim o fizessem, o Sr. Marco Aurélio não teria como esconder que seu socialismo democrático não passa de uma das variantes social-democratas, que conduzem à democracia burguesa e ao capitalismo. Por isso, devemos rechaçar, sem rodeios, esta impostura e defender a revolução política nos termos de reestruturação da ditadura proletária e da democracia soviética.

Encontro Municipal do PT em São Paulo Para quê e por que Erundina é criticada?

O tema central da Convenção Municipal se concentra em torno da administração de Erundina. A razão está em que o fracasso eleitoral de Lula no Estado de São Paulo é atribuído em parte à administração municipal petista. Em vista do novo quadro eleitoral, principalmente quanto ao pleito para governador de São Paulo, a direção majoritária (Articulação), juntamente com os esquerdistas, visa pressionar Erundina para que melhore sua imagem junto ao eleitorado paulista. Já na campanha presidencial, as críticas vinham no sentido de que a prefeita não demonstrava bons resultados com obras públicas. Havia entre os críticos aqueles que exigiam obras grandiosas, demonstrando assim o afã de atrair a classe média para as urnas petistas. Para os esquerdistas, a insatisfação residia no fato da gestão não se configurar como popular, isto é, não resolver problemas tão cruciais para os trabalhadores como transporte, moradia e educação. Ao par disso, Erundina também se revelou adversária dos movimentos sociais, reprimindo grevistas, desocupando terras, etc. Porém, seja num caso ou num outro, o fato é que tanto a Articulação quanto os esquerdistas (Em Tempo, Convergência, O Trabalho, etc) tinham um ponto em comum: demonstrar a viabilidade eleitoral do partido. E, novamente, é o ponto chave da questão na Convenção Municipal. Isso explica porque nas teses apresentadas, a ofensiva antinacional e anti-popular de Collor não tem nenhuma importância.

A TESE nº 1 (Articulação) acusa o governo municipal de administrativismo. Com essa qualificação, pretende-se explicar que a prefeita se deixou levar pelos problemas administrativos de uma máquina deixada por Jânio em con-

dições precárias, em detrimento da "luta política geral do campo democrático-popular". Se tiramos os enfeites populistas como "incentivo e respeito à organização dos trabalhadores", "abertura de canais de participação", "medidas visíveis a favor da melhoria de vida do povo e em detrimento dos setores privilegiados", o que temos é a crítica ao fracasso da gestão Erundina que não serviu de alavanca eleitoral. Embora se faça muitos rodeios, o texto diz claramente numa passagem: "A necessidade inicial de recuperação da capacidade operacional mínima da prefeitura não foi subordinada a uma política de governo ofensiva, com o objetivo de manter as bases sociais que viabilizaram a vitória eleitoral e mesmo de ampliá-las".

Evidentemente, se a prefeita tivesse assegurado a base eleitoral para a campanha de Lula, seja lá por que meio fosse, a Articulação não teria com que se preocupar. Como não foi este o resultado, instalou-se uma grande crise entre a administração municipal e a ala majoritária da Executiva, que desde o início esteve em situação de ruptura com o afastamento de Plínio Arruda Sampaio (o candidato preferido) e, depois, com a dificuldade de disciplinar a Sra. Erundina à batuta de José Dirceu e seus aliados. É quase certo que a base militante ainda não se deu conta de que a Convenção Municipal tem por centro a avaliação da administração municipal precisamente para resolver a intrincada luta de bastidores processada na cúpula, cuja importância está no futuro eleitoral do partido, que é o corpo e a alma de sua estratégia política.

A crítica da Vertente Socialista não se distancia daquela da Articulação:

acusar o centralismo administrativo, a burocracia e o legalismo. O que a V.S. pretende é que o governo da cidade de S.P. seja de esquerda. Em sua tese 2 diz: "Afirmar o governo petista da cidade de S.P. como um governo de esquerda significa, além do esforço de modernização do aparelho do Estado e da sua subordinação aos interesses da maioria, explorar o peso político dessa cidade nos cenários nacional e internacional em favor da luta e da organização dos trabalhadores". Essa corrente acredita piamente na chamada participação popular nas esferas do Estado como a forma de se criar uma nova "correlação de força", ou como também gostam de qualificar, uma "nova hegemonia". É nesse ponto que procuram cutucar Erundina, no sentido de que a prefeita não estaria colocando a prefeitura a serviço das causas populares e da construção da "nova hegemonia". Enfim não estaria comportando como um governo de esquerda, que saberia combinar o aperfeiçoamento da administração (modernização) com a atividade política nacional e internacional.

Esse é o tipo de colocação que só cabe num esquema abstrato de raciocínio, que de certa forma predomina em todas as teses, que evitam analisar concretamente o que é a prefeitura e qual é a política real do PT. Logo que Erundina ganhou as eleições, a burguesia deixou claro toda a questão ao dizer que não permitiria nenhuma afofada revolucionária de colocar o direito social acima do direito de propriedade, referindo-se às ocupações de terra. A prefeita acatou a ordem, juntamente com seus seguidores, e breiou todo movimento dos sem-teto. Na greve geral, a contragosto, deixou o barco andar solto, mas na recente greve dos motoristas de ônibus desfechou a repressão, assimilando a enorme pressão da burguesia de que o poder público não pode facilitar as paralisações, com pena de criar uma situação caótica. E porque isso vem ocorrendo com a administração do PT? Porque Erundina foi eleita sob a base de uma linha demagógica-reformista (populista) e uma vez instalada no aparelho administrativo (completamente dependente do governo central e das articulações dos empresários, que exercem uma poderosa influência no funcionamento administrativo e político do município) não pode fazer outra política senão aquela que condiz com o funcionamento do capitalismo. Nas condições de crise do regime econômico, não há lugar para proliferar o reformismo e o populismo da chamada participação e gestão popular. Qualquer luta tende a se aprofundar, a se generalizar e a se chocar com o Estado burguês, no qual as prefeituras funcionam como esferas orgâ-

nicas de sua reprodução. Sabemos perfeitamente que uma posição eleitoreira jamais se transformará em alavanca para a luta de classes. Pode ser a mais esquerdista que for, sempre reproduzirá os mecanismos democráticos-burgueses, que, no caso das prefeituras, aparecem como administrativismo, o que é uma falsa acusação superficial à Erundina, pois esta é apenas uma expressão da impotência da gestão democrática e popular, isto é, da política pequeno-burguesa de acumular forças através da harmonia entre as esferas do Estado capitalista e da participação dos movimentos populares. A V.S. imagina uma gestão que modernize a máquina burguesa e ao mesmo tempo a compatibilize com as aspirações das massas. Entretanto, os interesses das massas nascem opostos à exploração do trabalho e às relações capitalistas de produção, que sustentam a fome, o desemprego e todas as consequências malélicas. Por isso, tais interesses só podem ser defendidos por elas mesmas através do combate direto (luta de classes) e estão contrapostos às administrações, seja prefeitura, Estado, etc, que são expressão da base econômica capitalista. A estratégia de governo democrático-popular do PT não nasce da necessidade do proletariado e das massas destruírem o poder da burguesia, mas sim das relações democráticas-burguesas de administrar e sustentar o regime de exploração. Assim, quando o partido propõe a participação popular no Estado, deixa de reconhecê-lo como instrumento de opressão e todo antagonismo de classe, concebendo a possibilidade de transformá-lo em favor dos interesses das massas. Na teoria pequeno-burguesa (isso porque representa um ideal pacifista da pequena burguesia de melhorar o capitalismo), tal raciocínio parece ser viável, mas quando se chega ao poder, logo se verifica que não há lugar para participação popular, não se pode colocá-lo a favor das massas famintas e se é obrigado a utilizá-lo como reprodutor das relações de exploração e opressão de classe. É isso que se passou e se passa com todas as prefeituras do PT, desde Timóteo até Diadema, passando por São Paulo e Campinas. E não pensem que seria diferente se o PT chegasse com seu governo democrático, saído das urnas, à presidência do país. Por essa razão, podemos dizer com segurança que as noções como correlação de forças e construção de uma "nova hegemonia" com governos de esquerda, como os brandidos pela VS e Cia, não passam de máscaras para a estratégia eleitoral democratizante. Esta é a base comum de todas essas correntes, sobre ela se dividem no aparelho e nas formulações quanto à melhor via para se fortalecer nas urnas e eleger seus candidatos.

É hora de reagir duramente aos expurgos

A questão das expulsões das tendências não é uma novidade no PT. Desde o 5º Encontro Nacional, onde se aprovou uma resolução a respeito, paira sobre as tendências que divergem da Articulação a ameaça de exclusão do partido. Para a Articulação, aquelas medidas tinham por objetivo disciplinar as correntes à política democrático-reformista, com a sua dissolução no PT ou sua exclusão em caso contrário. É uma medida para amenizar a crise permanente que habita o partido, devido à oposição interna. Durante a campanha eleitoral, o assunto ficou propositalmente "adormecido" para que não prejudicasse a Frente Brasil Popular.

Agora, passada a campanha eleitoral, a direção do partido entende que é necessário avançar e consolidar a política reformista do governo democrático popular e da frente popular eleitoreira. Para tanto, o PT terá que se tornar mais confiável à burguesia, para ampliar a sua base de sustentação na linha de garantir a governabilidade do governo de coalizão. Terá também de se colocar cada vez mais livre para o estabelecimento de todo tipo de alianças com os partidos burgueses "progressistas", o que pressupõe eliminar as resistências internas. E para superar as crises cada vez mais agudas originadas pela política anti-proletária da Articulação, torna-se cada vez mais necessária a imposição do centralismo burocrático do partido, porque aumentam as possibilidades da base militante dar atenção às críticas ao reformismo, mesmo àquelas apenas de natureza formal, feitas pelos grupos mais à esquerda no partido. São esses os obstáculos que a Articulação pretende superar com os expurgos das tendências.

A primeira tendência atacada com expurgo foi a Tendência POR, através da expulsão do vereador de Diadema Manoel Boni. Ele foi expulso por ter se colocado ao lado dos ocupantes do Buraco do Gazuzo em julho passado, contra a repressão policial instigada pelo prefeito petista José Augusto. Mas, na verdade, os expurgos não poderiam deixar de começar pela corrente defensora da estratégia da ditadura proletária e da revolução, e principal crítica do reformismo. Trata-se do pólo oposto à Articulação, por defender a construção de um partido revolucionário, um partido de quadros, leninista, centralista democrático. Essa concepção está em total oposição à concepção da Articulação, que defende o democrático-reformismo, o partido eleitoreiro, cuja única disciplina é aquela garantida por um centralismo burocrático. A Articulação sempre se negou a construir um partido ligado às lutas, e atacou as tendências que se colocaram nesse sentido.

A Articulação quer expulsar, entre outras, a corrente que luta dentro do PT pelo partido revolucionário, pela revolução proletária e pelo governo

operário e camponês.

Recentemente a Articulação iniciou uma ofensiva contra a Causa Operária, a Convergência Socialista e contra O Trabalho. Diferenciou cada um deles não de acordo com o grau de desobediência à democracia interna ou coisa do gênero, mas de acordo com a proximidade em relação ao democrático reformismo. Para o Trabalho, corrente mais próxima da Articulação, que aponta inclusive que o PT é aquele partido que sempre sonharam, a Articulação quer apenas a sua dissolução organizativa, porque politicamente já estão diluídos no lodaçal democratizante. Para a Convergência, obriga-se a dissolução organizativa (não apenas formal como aquela feita no seu jornal de "venda restrita a petistas") e seu disciplinamento à política da Articulação, de forma a impedir a sua manifestação independente do PT, o que lhe tem dado força de aparelho porque cresce na esteira da crítica oportunista. Para a Causa Operária, além daquilo que se obriga à CS, quer-se enquadrar a mesma na política de alianças do frentismo populista, que foi onde aquela demonstrou suas "diferenças" em relação à Articulação.

A Tendência POR defende a permanência das tendências organizadas, porque vê na intervenção no PT um caminho para a defesa da construção do POR, e defende a permanência dos jornais independentes porque, no PT, é forma das tendências exporem a sua linha e travar a luta política, dada inclusive a inexistência da democracia interna no partido, que é controlado rigidamente pela burocracia partidária da Articulação.

Em Diadema, após a expulsão de Boni, se formou um comitê contra as expulsões e perseguições (como a exoneração de Edson Cardoni de OT e José Miranda da LPS), mas que não contou com uma participação decidida das esquerdas, que se negaram a combater a Articulação politicamente. Parece que as mesmas não têm claro ainda que já não se trata mais de ameaças da direção petista, mas os expurgos já começaram. A Causa Operária tem até maio para se submeter às resoluções do 5º Encontro, ou será expulsa. A CS e OT estão logo abaixo nessa lista. Trata-se de levantar uma luta unitária em defesa do direito de tendência no interior do PT, o que implica em travar a luta política contra a Articulação, porque não tem sentido ficar implorando pelos "princípios do PT", como faz por exemplo a CS. É segundo esses mesmos princípios do PT que a Articulação vai expulsar quem não se enquadrar no reformismo. A T POR chama todas as correntes de esquerda, que se opõem à expulsão, a convocar uma plenária de militantes, discutir propostas, tirar uma resolução e dar forma organizativa à campanha contra as expulsões.

Que democracia está em jogo?

A CUT/São Paulo tem levantado a seguinte bandeira: "Em Defesa do Emprego, Salário e Democracia". Um dos principais problemas é que a CUT não diz aos trabalhadores que a "defesa do emprego e salário", nas condições políticas atuais, depende da organização de um amplo movimento grevista nacional. E não diz isso porque está contra utilizar toda força das massas e o potencial explosivo da situação. Todos estão pisando em ovos frente ao governo Collor. O recurso que lhes cabe é colocar a defesa do "emprego e salário" na dependência dos parlamentares e dos conchavos com o sindicalismo de resultados (Medeiros), para pressionar Zélia Cardoso.

Um outro problema refere-se à defesa da democracia. Em seu boletim de convocatória para o ato de 10 de abril, se diz: "Exigiremos democracia. Além de toda violência, atropelando a Constituição e os princípios democráticos duramente conquistados pelos trabalhadores, Collor se une com os conhecidos traidores, que na Constituinte formaram o "Centrão", para aprovar no Congresso o "Plano". De que democracia se está falando?

Na verdade, todos que participaram das votações do Plano acabaram por aprová-lo. Esta é a democracia real existente no país. É a democracia dos capitalistas, afinal de contas. Que conversa é essa de atropelamento da Constituição? Desde quando essa constituição não representa totalmente os interesses da burguesia e do Estado capitalista?

Uma das críticas burguesas do Plano era de sua inconstitucionalidade quanto à medida provisória nº 173, que impedia o mandato de segurança para que se pudesse reaver a propriedade privada do dinheiro. Inclusive os juristas burgueses juramen-

tados exigiam a supressão dessa medida em função da defesa do direito à propriedade privada, e santa mãe consagrada na Constituição. Mas logo em seguida se aquietaram, porque o Plano vem precisamente no sentido da preservação do regime capitalista, mortalmente em crise.

O que estamos presenciando é justamente a democracia formal sendo utilizada para impor aos trabalhadores medidas ditatoriais. As votações do pacote no Congresso e o poder de veto do Presidente, bem como todo processo de lançar de surpresa medidas tão violentas, estão de acordo com a Constituição, feita aliás pelo PMDB, PSDB, PDS, PFL, etc. Como vemos, não é a democracia burguesa que está em perigo, mas sim os empregos, os salários e a vida das massas. E, certamente, se os assalariados se colocarem em posição de guerra ao pacote, os democratas burgueses dirão que os radicais estariam pondo em risco a democracia, já que Collor foi eleito pelo voto popular e o Congresso é órgão de representação de todos os cidadãos.

Por outro lado, se Collor espesinha alguns artigos constitucionais, o problema não está em defender a democracia, mas sim utilizar o fato como exemplo para mostrar aos trabalhadores que esta não representa nenhum obstáculo para a burguesia, quando se trata de defender o valor maior que é a continuidade do regime de exploração de classe. Esta denúncia é uma poderosa arma para os trabalhadores tomarem consciência da importância de confiarem em suas próprias forças e não se iludirem com as manobras democráticas dos partidos patronais.

Nada de ilusão democrática!

Toda força à ação direta das massas!

Metalúrgicos do ABCD sob grave ameaça Responder ao desemprego com a luta

Logo após a edição do Plano Collor, as empresas metalúrgicas fizeram um primeiro corte no emprego. Acompanhado a isso, 50 Mil foram colocados de licença ou férias coletivas. Tudo indica que os patrões estão preparando sucessivas ondas de demissão. É quase certo que os metalúrgicos serão mais golpeados com o desemprego do que em 1981, de triste lembrança para as famílias operárias, que amargaram meses a fio sem salário. Estamos diante de uma verdadeira calamidade, que só poderá ser enfrentada se a classe operária sair à luta de forma dura e decisiva. O que quer dizer preparar a ação conjunta em cada fábrica e se colocar por uma greve com ocupação das fábricas. Empregados e desempregados devem se unir urgentemente. A experiência de 1981 nos ensinou que o desemprego desune os trabalhadores. Uma parte fica aterrorizada com a ameaça de demissão e a outra desempregada não tem como lutar porque fica dispersa, desorganizada. Os patrões se utilizam da divisão entre empregados e desempregados para imobilizar toda a classe e assim impor a exploração do trabalho. Por seu lado, a direção sindical burocrática, cruza os braços e afirma nada poder fazer porque os operários têm medo de lutar e perder o emprego. Assim ficam de mãos soltas para fazer negociações com os capitalistas. A classe operária deve estar alerta e levantar a bandeira: pela unidade dos empregados e desempregados, greve com ocupação das fábricas. Agarrados a essa bandeira, devemos exigir o pagamento integral de nossas perdas salariais e partir para a organização dos comitês de greve, que devem estar ligados através de um comando geral e da assembléia soberana de toda classe. A T. POR defende essa resposta à recessão, ao desemprego e à miséria, está à favor de pôr abaixo o Plano Collor através da luta nacional de massa.

O que pensa e faz a diretoria do sindicato?

Vicentinho e seus companheiros se colocaram por não lutar. Isso é grave por que a cúpula sindical controla o sindicato e o anula como instrumento de combate bem no momento mais difícil para os operários. Com o argumento de não fazer greve para não ter demissão, a burocracia sindical se utiliza do terror patronal para justificar sua conduta de prostração (corpo mole). Por incrí-

vel que pareça, tem-se denunciado que a direção sindical fez um acordo por debaixo do pano com os capitalistas no sentido de não fazer greves e estes não demitirem em massa. Sem dúvida, há um fundo de verdade nisso tudo. Basta ver que Vicentinho adiou as negociações da campanha salarial para daqui a 120 dias. Inclusive as reivindicações salariais foram deixadas de lado indefinidamente. Em uma das assembléias, onde Aloísio Mercante foi fazer uma exposição sobre o Plano Collor, Vicentinho impediu que a mesma discutisse como lutar, em vez de apenas assistir a uma aula do economista, que aliás concordou com o Plano num primeiro momento. Coisa semelhante se passou com a comissão de salário, que simplesmente foi desativada. Os trabalhadores devem ter claro que a posição da cúpula sindical de São Bernardo é de imobilismo frente ao Plano Collor. Além de renunciar ao combate contra o esmagamento dos salários esta consente às demissões, pois não será através de pactos que os capitalistas abrirão mão de defender seus lucros frente à recessão econômica. Se as máquinas reduzem a produção, a força do trabalho necessariamente será também reduzida. E é isso que está posto na mesa. Capital e trabalho estão em situação de confronto. Sem luta, vencerá o capital.

Mentira e mais mentira. E para quê?

O argumento da direção sindical de que o Plano os pegou desprevenidos é conversa mole. Em primeiro lugar, os sindicatos de Articulação não têm feito outra coisa senão as campanhas eleitorais (presidência da república) e para isso, mostraram uma enorme disposição. Em razão dessa política, desorganizaram toda luta sindical. Collor de Mello pegou a classe operária "desprevenida" porque suas lideranças sindicais a desarmou para o combate e a colocou a serviço do eleitoralismo do PT. Então não é que o Plano Collor pegou todos desprevenidos. O certo é dizer que as direções despreviniram as massas, que se viram desorientadas frente ao ataque de Collor. Em segundo lugar, há tempo para reagir. Basta que se tenha disposição de ir para "o pau" com os capitalistas e com seu governo antioperário. Mas é preci-

samente isso que Vicentino quer evitar, porque está pensando nas eleições para governador, deputados, etc. A orientação do sindicato, portanto, se resume em "fazer pressão sobre os parlamentares" burgueses. Que vergonha! A ala mais à esquerda da burguesia já fechou completamente com o Plano. E que des-caramento! Pois essas lideranças não estão fazendo outra coisa senão colocar o sindicato a reboque dos interesses da burguesia, que pretende ver liberado seu dinheiro congelado, a título de

pagar salários? Não foi para isso que Meneguelli foi a Brasília junto com a comitiva patronal? Enquanto isso, os operários estão ameaçados de um violento corte em seus empregos e já estão mais pobres com o confisco salarial.

Fora com a impostura da burocracia!

Pela unidade dos empregados e desempregados!

Pela reposição dos salários!

Organizar a greve com ocupação de fábrica!

Metalúrgicos de São Paulo O que significa a derrota da Oposição

Uma vitória do capital

A burguesia comemorou a estrodosa derrota da oposição metalúrgica de São Paulo, que não atingiu 30% dos votos. O Jornal Estado de São Paulo, conhecido porta-voz do imperialismo, considerou em seu editorial como um dos mais importantes fatos políticos. E não poderia deixar de ser pela simples razão de que o sindicalismo de resultados de Medeiros se constitui no pilar de sustentação da CGT, que, por sua vez, aglutina a ala mais direitista da velha burocracia sindical. Evidentemente, se a oposição metalúrgica tivesse ganho as eleições, a CUT se fortaleceria e a CGT praticamente deixaria de existir. Uma derrota de Medeiros debilitaria muitíssimo o sindicalismo pró-patronal e pró-imperialista, que caracteriza o sindicalismo de resultados. Embora a chapa oposicionista fosse uma frente constituída sem nenhuma base programática classista e carregasse traços do sindicalismo reformista-aparelhista, a sua vitória afastaria de um sindicato estratégico a fração burocrática que representa o Estado, os interesses patronais e a política dos partidos burgueses no movimento operário. Eis porque a esmagadora vitória de Medeiros significou um grande êxito da burguesia e do governo Collor uma situação de crise e agravamento da luta de classes.

Uma derrota do frentismo oportunista

As outras eleições passadas refletiram um avanço da oposição (MOSMSP) contra a burocracia montada com o golpe militar de 1964, embora também tenha perdido o pleito. No caso presente, a derrota significa um retrocesso histórico. E não apenas quanto ao reduzido número de votos recebidos, mas principalmente no que se refere à decomposição política do MOSMSP. Pela primeira vez, articula-se uma ampla frente tão completamente marcada pelo eleitoralismo e oportunismo sindical. A palavra de ordem era a de montar a chapa unitária a qualquer custo para ganhar o aparelho também a qualquer custo. Em razão disso, já não mais importava o que representou e representa a política do PCdoB de aliança com a burocracia, tão vivenciada por todo um período. Da mesma forma, os carreiristas de toda laia foram recebidos sem reservas pela oposição. E, para isso, o MOSMSP se negou a adotar um programa classista, apresentado por um grupo de metalúrgicos, como condição mínima para se estruturar a frente e como instrumento para enxotar os carreiristas e oportunistas. Com essa política de unir forças a qualquer preço, a direção do MOSMSP fez os acordos mais espúrios e trabalhou cuidadosamente para que não houvesse de fato uma convenção representativa de operários de fábrica, que debatesse e aprovasse o programa, os nomes e as campanhas de luta. Essa linha se traduziu no mais completo oportunismo eleitoral, que não foi só capaz de deslocar os operários de influência do sindicalismo de resultados como serviu para reforçá-lo, uma vez que despertou a desconfiança dos trabalhadores em suas intenções.

Nenhuma posição de luta

Em plena campanha eleitoral, os operários expressavam um enorme descontentamento com a situação inflacionária. Em inúmeras fábricas pipocavam movimentos por antecipação salarial. Como orientação estratégica, o sindicalismo de resultados tem por política manter o isolamento fabril e evitar a greve generalizada. Os pequenos acordos aqui e ali enganam provisoriamente a

camada mais atrasada a facilitam o domínio da burocracia. Por seu tempo, os patrões compatibilizam a exploração do trabalho com essa forma de controle da luta de classes. Pois bem, em meio à campanha estava colocada a tarefa de unificar os trabalhadores num único movimento, o que significava lutar pela assembleia geral e defender a bandeira da greve geral de todos os metalúrgicos por um plano de reivindicações. Tratava-se de uma luta política para romper a camisa de força imposta por Medeiros e apoiada pelos patrões. E isso dependia de uma posição classista, para a qual as eleições sindicais não são um fim em si mesmo e a mobilização é a base de sua atividade. Mas os oposicionistas eleitores estavam preocupados com a vitória a qualquer custo. Para eles a luta grevista atrapalha o processo eleitoral. Por essa razão, se limitaram a denunciar as fraudes dos acordos feitos pelo sindicato e esperaram que os votos os favorecessem nas urnas. O resultado foi que a oposição se adaptou às circunstâncias favoráveis a Medeiros e os operários não puderam distinguir na luta quem é quem.

A Estratégia democratizante da Frente Popular e o MOSMSP

O retrocesso do MOSMSP está diretamente ligado à sua adaptação à política democrático-reformista do PT. Nos últimos tempos, o sindicalismo de conjunto ligado à CUT tem-se enfileirado por detrás da política eleitoral do partido. Não é de surpreender que os dirigentes do MOSMSP calculassem a derrota de Medeiros através dos êxitos da Frente Brasil Popular. As consequências mais relevantes da influência da diretriz democrático-parlamentar sobre a CUT se evidencia na paralisia das lutas grevistas numa conjuntura extremamente explosiva, que se desenvolvia antes da eleição de Collor e que permanece mais ativamente ainda com o choque econômico. O PT persegue o objetivo de construir um governo democrático e popular pela via eleitoral e isso significa se apoiar inteiramente nas instituições democrático-burguesas (parlamento, eleição, etc). Tal estratégia é incompatível com a radicalização da luta de classes e seu desenvolvimento independente contraposto ao Estado burguês, que inclui a democracia dos exploradores. O avanço da crise capitalista coloca cada vez mais o confronto das massas, dirigidas pelo proletariado, com o aparato estatal. O democratismo, ao contrário, procura canalizar as energias dos explorados para o campo eleitoral e para os mecanismos parlamentares. O seu êxito significa quebrar as tendências revolucionárias da crise. A assimilação dessa política pelo MOSMSP, embalado por correntes políticas centristas como Democracia Socialista (DS), o destituiu completamente das características de combate do passado e o colocou em contradição com a necessidade da construção de uma direção revolucionária capaz de destruir a estrutura burocrática-gansteril do sindicalismo de resultados.

Por onde virá a derrubada de Medeiros?

Na competição entre duas facções aparelhistas vence a que estiver mais calçada pelo patronato, pela forma da estrutura burocrática e pelo poder de manobra. Isso é o que se passa geralmente e foi o que ocorreu com a oposição metalúrgica. Às vezes uma fração sindicalista burocrática mais à esquerda pode canalizar o descontentamento dos trabalhadores e numa circunstância especial remover os oponentes mais poderosos. E, para se manter na direção do sindicato, se vê obrigada a reestruturar a burocracia mais ou menos nos moldes anteriores. Essa é a ma-

neira das posições burocráticas (aparelhismo sindical) continuarem a reproduzir o processo de submissão do sindicato ao Estado, seja através da sua ligação orgânica com a burguesia (Medeiros, por exemplo), seja através da política democratizante (respeito às leis democráticas-burguesas). A oposição metalúrgica frentista não conseguiu reunir as condições excepcionais para que pudessem desbancar, pelo eleitoralismo e oportunismo sindical, a forte burocracia pró-imperialista da CGT. A experiência serve de lição para a vanguarda operária rejeitar tal caminho. O desmoronamento de Medeiros virá se os trabalhadores se cho-

carem abertamente contra as travas da burocracia e contra a política pró-burguesa do sindicalismo de resultados. E isso não ocorrerá numa eleição improvisada, e sim num processo de luta contra a linha de isolamento de greves por fábrica, contra a subordinação do sindicato aos partidos burgueses e em oposição à exploração geral do conjunto dos explorados. Trata-se, portanto, de romper as amarras do sindicalismo reformista, frentepopulista e oportunista e iniciar a construção de uma direção revolucionária, que como tal tem por método a luta de classes e por base um programa de independência para os sindicatos.

A Articulação traça o objetivo central da oposição

A segunda resolução do PT sobre as eleições metalúrgicas, intitulada "Importância da disputa", transparece claramente o oportunismo frentista e a descaracterização da luta classista contra o sindicalismo de resultados principal fator de derrota da oposição frente a Medeiros. Diz a resolução: "A Unidade dos petistas e de outros setores combativos numa chapa única de oposição neste ano de 1990 (...) colocará para a categoria metalúrgica de S.P. (...) uma polarização que oporá duas concepções sindicais e dois projetos políticos antagônicos presidenciais e a histórica campanha da Frente Brasil Popular". E conclui: "Neste sentido, as eleições sindicais de S.P. farão parte da disputa mais global contra o governo Collor e seus aliados e devem, conforme definição anterior desta Executiva, assumir papel relevante em nossa tática para o ano de 90".

Para bom entendedor já é o suficiente para se compreender que as eleições sindicais metalúrgicas compareciam como extensão das eleições presidenciais e como instrumento eleitoral para as futuras disputas para governador e para o legislativo. A verdade é que os sindicatos funcionam como apêndice para a estratégia eleitoral da Articulação. Quando diz que haveria uma polarização entre projetos antagônicos, refere-se à sua estratégia democrático-reformista em choque circunstancial com a posição pró-imperialista encabeçada por Medeiros, Magri, etc.

Embora o reformista pequeno burguês da Frente Popular esteja em atrigo com a orientação pró-imperialista do sindicalismo de resultados, somente nas aparências são antagônicas, pois ambos no fundamental correspondem à defesa do capitalismo, seja pela ótica dos interesses do grande capital ou das frações da burguesia nacionalista. A única política antagônica real ao sindicalismo pró imperialista é a estratégia da revolução e ditadura proletária. Esta de fato coloca na ordem do dia a transformação do sindicato em alavanca para o proletariado desenvolver a luta de massa e sua organização independente, o que se contrapõe à tática eleitoralista e aos objetivos de construir um governo democrático-reformista. Cabe à vanguarda consciente submeter a uma crítica impiedosa o reformista petista e a tática frentepopulista e defender a estratégia do proletariado de destruição do capitalismo, para a qual os organismos de massa, como os sindicatos, jogarão um importante papel sob a direção dos revolucionários. A grande derrota da oposição metalúrgica esteve, em grande parte, determinada pela orientação da Articulação e pela adaptação do Mosmsp ao sindicalismo burocrático-reformista. Basta que se analise a resolução da Executiva, que subordina o movimento sindical aos interesses partidário eleitorais, para se certificar da justeza dessa colocação.

As eleições sindicais nos securitários

As eleições nos securitários terminaram numa das maiores fraudes que já se viu no movimento sindical. Concorreram duas chapas, a da burocracia nº 1 e a apoiada pela CUT, nº 2. As eleições se deram em dois turnos, o primeiro de 20 à 23 de Março e o segundo de 27 à 29. No 1º escrutínio o quórum necessário para a abertura das urnas era de 4800 e votaram apenas 4.440 associados. A ausência de quórum foi utilizada pelo peleguismo como instrumento de fraude e não de legitimidade eleitoral. No intervalo entre o final do primeiro escrutínio e o início do segundo a burocracia abriu as urnas na noite anterior do incinramento dos votos, sem a presença da chapa de oposição. De posse do resultado da primeira votação, deteve o total controle do processo eleitoral, não cedendo as listas de sócios, o roteiro das urnas e o direito a mesários da chapa 2 para o segundo escrutínio. A chapa 2, diante disso, chamou o boicote às eleições no segundo turno. O resultado apurado não poderia ser outro, vitória do peleguismo com 2.680 votos contra 932 para chapa 2. Nesse escrutínio não houve quórum o que demonstrou a ilegitimidade total das eleições haja vista que a votação nesse turno foi bem menor do que no primeiro.

Chapa 2: uma improvisação eleitoral

A chapa de oposição que concorreu às eleições não tinha o menor vínculo com as lutas da categoria. Foi uma improvisação eleitoral, resultante do acordo entre a fração da oposição "CUT Securitários", dirigida por CO, e várias frações burocráticas da categoria. Montada a partir das exigências do novo estatuto fascista imposto pelo pelego semanas antes das eleições, que entre outras medidas discriminatórias impedia menores de 21 anos de participarem da chapa. As bases estiveram alijadas do processo de formação da chapa, pois a ala da CUT securitários se negou desde o início a fazer uma unidade principista a partir de uma convenção, em torno de um programa classista, levantado pela outra ala da oposição "Securitários CUT Classista", dirigida pela

T. POR. As CUTs Estadual e Regional negaram-se também a chamar a convenção. Auxiliaram, assim, a tendência burocrática da outra ala da oposição. Em compensação tiveram contemplados na chapa os velhos burocratas da Articulação e simpatizantes: Domingos Alfredo de Castro (Articulação), vice-presidente da entidade na penúltima gestão que quebrou vários movimentos grevistas; Valdir Biscaro (Articulação), ex-representante da Diretoria de Representação do Banespa Correтора Valores, desgastado em seus mandatos pelo imobilismo e colaboração com a política do grupo Banespa; e por último Sidnei (simpatizante de última hora), representante da associação de funcionários, desgastado também na sua gestão por quebrar abertamente a greve de 89 na Cosesp e ter se colocado ao lado da empresa nos anos anteriores nos movimentos reivindicatórios. Domingos e Sidnei não entraram na chapa por não atenderem às exigências do novo estatuto, mas foram os nomes defendidos ardorosamente por Causa Operária para executiva e para a cabeça da chapa.

A chapa foi montada a quatro paredes, tendo como base o loteamento dos cargos principais da executiva com os setores burocráticos, PMDB, PSDB, exPCdoB (presidência), Articulação, que não tinham nenhum vínculo com as lutas, mas tinham a maior área de influência para a composição da chapa, gerentes, etc. CUT Securitários ficou com 3 cargos. A chapa por ser uma improvisação eleitoral e não ter raiz na classe constituiu-se num artifício superestrutural.

A manobra eleitoral e a adaptação da chapa ao pleito burocrático

A burocracia preparou a sua vitória eleitoral e a consequente permanência no aparelho por mais 5 anos antes das eleições. Apoiada no refluxo da categoria impôs em assembléia esvaziada um novo estatuto, autoritário, fechando ainda mais a entidade. As eleições foram enquadradas nesse estatuto, que garantiam total poder à burocracia.

MOVIMENTO OPERÁRIO

A ala da oposição CUT Securitários, apesar de denunciar alguns aspectos do estatuto na categoria, submeteu-se às exigências eleitorais do mesmo para formar a chapa. Ao fazer isso, adaptou-se ao pleito burocrático, pois acreditou ser possível, nesse quadro, a vitória da chapa superestrutural, sem enraizamento na classe.

A importância da chapa 2

A campanha eleitoral da chapa 2 se resumiu à denúncia abstrata e inconsequente. Todas as denúncias não objetivaram impulsionar os securitários para combater a exploração capitalista e os seus agentes. A chapa apoiou-se no descontentamento da categoria apenas para "caçar votos". Manteve o descontentamento dentro de um quadro eleitoreiro, ou seja, manteve a categoria na defensiva dispersa e desorganizada como se encontrava há meses. O melhor exemplo que ilustra isso foi a denúncia do plano Collor. Na semana anterior ao seu lançamento, na assembleia de 06 de março, a chapa votou abertamente contra a proposta da oposição CUT classista de organizar um plano de lutas, para tirar a categoria da defensiva.

Com essa política, o único prêmio que a chapa ganhou nesse processo foi um atestado de impotência. Diante da fraude deslavada no primeiro escrutínio, da desconfiança da categoria, e da derrota vergonhosa da chapa 2 metalúrgica no mesmo período, a chapa foi obrigada a concluir sua política aparelhista com a inversão da tática, chamando o boicote no segundo escrutínio. A verdade é que a chapa nada fez para mobilizar a classe para implementar a democracia operária, única forma capaz de se sobrepor à democracia burocrática do peleguismo.

CUT SECURITÁRIOS de desvio em desvio

CUT Securitários, a ala da oposição dirigida por CO, teve um papel fundamental na formação dessa chapa eleitoreira e não foi por acaso.

O atual processo eleitoral serviu para mostrar claramente o objetivo aparelhista desse agrupamento. Nas eleições de 87 apareciam os primeiros sintomas do abandono dos princípios classistas.

É a segunda eleição que participou e onde prevaleceu o oportunismo carreirista. Após 87, ao invés de procurar fazer penetrar a linha classista na categoria, através do enraizamento das empresas, para poder se elevar como direção de classe, preferiu o caminho mais fácil para se construir: o eleitoralismo sindical.

Após as eleições de 87, deu às costas à categoria. Negou-se construir um trabalho a partir da tradição das lutas dos anos anteriores. Reapareceu somente em 89 para torpedear a oposição de luta que estava se reconstruindo. Negou-se participar dos congressos da CUT. Ajudou a enterrar a campanha de reposição das perdas junto com o peleguismo. Deu às costas à categoria na campanha salarial/90 por priorizar as eleições presidenciais, isso quando todo o movimento sindical fez o mesmo. E, por último, buscou as alianças com os setores burocráticos, visando as eleições sindicais. Chegou ao absurdo de negar a unidade com os setores classistas e de organizar a categoria contra o plano Collor. Não teve o menor escrúpulo em misturar alguns ativistas

reconhecidos pela categoria com os setores carreiristas. Tudo isso para não ferir a unidade eleitoreira, pois dependia dela para a sua sobrevivência. A categoria vai pagar um preço alto por essa irresponsabilidade de Causa Operária. Nessas eleições ficou registrado não só a desmoralização desse setor perante a vanguarda como também mostrou a sua incapacidade de construir um pólo classista que evolua para uma direção alternativa ao peleguismo.

O refluxo da categoria

Apesar de despolitizada a categoria manifestou disposição de lutar quando percebeu a existência de uma direção combativa, as greves de 85/86 e início de 89 demonstrou isso. Não conseguiu ainda organizar uma vanguarda consciente pela ausência de uma direção classista enraizada nas empresas. Embora a oposição classista encontrasse-se num estágio embrionário de reconstrução, não conseguiu impedir o refluxo da categoria iniciado após a greve de 89 e que se mantém até hoje. A responsabilidade por esse refluxo em grande parte é da burocracia que mantém o sindicato alheio dos problemas da classe e do país, mas é também da ala da oposição CUT Securitários, que vem caminhando na trilha eleitoreira.

Esse refluxo permitiu a unificação da burocracia meses antes das eleições em torno do aparelho e em seguida por cima da classe, enterrou a campanha salarial, mudou arbitrariamente o estatuto, e de mãos soltas fraudou as eleições.

A atitude da oposição CUT Classista

Sabíamos que o processo seria burocratizado, devido à ausência de uma direção devidamente reconhecida pela classe e com capacidade de mobilização. Por isso, não se tratava de ganhar a eleição a qualquer custo. Era necessário travar uma luta contra a burocracia. O ponto central seria transformar as eleições em tribuna para mobilizar os trabalhadores contra o plano Collor que viria para rachar. Apresentar para os trabalhadores uma direção de classe, que reuniria os melhores ativistas reconhecidos na categoria e um programa classista. Para isso a democracia operária seria o método fundamental, eleger a chapa da CUT sem pelegos e numa convenção. Tudo isso foi negado e combatido em função da chapa improvisada, sem representação.

As tarefas colocadas

Inicialmente é necessário reconhecer a ausência de uma fração organizada da classe e, portanto, é necessário trabalhar pela sua construção. O trabalho de mobilização, politização e estruturação de uma vanguarda passa pela luta dura contra o aparelhismo pelego. O peleguismo não se fortaleceu, apenas manteve-se no aparelho e sofrerá constantes choques com a categoria. A tarefa agora é colocar os trabalhadores contra o peleguismo, passando a luta pelo interior do sindicato e por dentro das empresas.

Chamamos todos que foram arrastados por esse processo eleitoral irresponsável que se chocaram com o peleguismo a vir trabalhar pela construção dessa fração classista, única via possível de levar um combate consequente.

A revolução pacífica do ministro da educação

O ministro da Educação Carlos Chiarelli é peça fundamental para o êxito da política privatista dos serviços públicos, em particular da educação. Foi escolhido "a dedo" pelo presidente Collor entre aqueles que sempre defenderam a participação da empresa privada no controle da educação, que exalta, a todo momento, a Constituição, pelo fato desta garantir unicamente o ensino básico gratuito a cargo do Estado e colocar nas mãos dos empresários do ensino o restante da educação do país. Será o executor do Plano Nacional de Educação, articulado pelo FMI e Banco Mundial (BIRD). Por isso, canta "grosso" sobre recursos internacionais que virão para "sanear" o analfabetismo, em troca da maior aceleração da privatização na rede escolar. Não é à toa que decretou a imediata privatização das Escolas Técnicas Federais.

Chiarelli foi sempre o homem do governo que desde a ditadura serviu aos interesses do grande capital. Agora pausa de inovador para implementar as velhas ações dos países imperialistas e dos exploradores nacionais. Para isso, utiliza da demagogia populis-

ta de "revolução pacífica" para eliminar com 32 milhões de analfabetos no país e com a evasão de 70% de crianças que iniciam o 1º grau e não conseguem concluí-lo, com propostas de funcionamento integral das escolas (nenhuma sala vazia, nenhum turno ocioso, etc), bolsas de estudos para alunos carentes, participação da empresa privada, etc.

Sabemos que as verbas do Ministério da Educação sofrerão este ano uma redução de 10% em relação ao ano passado. Por outro lado, o orçamento do ministério da educação dedicado ao ensino básico ("sua prioridade") é seis vezes inferior ao dinheiro que consome com sua própria administração. Portanto, longe de defender a educação, o governo vem pouco a pouco reduzindo os já mínguaos recursos e privilegiando outros setores. Trata-se da mesma política que sempre colocou a educação em último plano. Nenhum crédito aos defensores da privatização. Nada de decretar trégua ao governo, em nome de esperar a tal "revolução pacífica" dos capachos do imperialismo. Devemos, desde

já, denunciar os planos privatizantes expressos na nova Lei Diretrizes e Bases (que será votada no Congresso Nacional), como o pacifismo das direções que compõem os "fóruns em defesa da escola pública". Não podemos esperar de braços cruzados a investida de Collor e seus funcionários sobre a escola pública. É evidente que a destruição do ensino público e gratuito é parte da política mais geral de crise do regime capitalista e da ofensiva imperialista na tentativa de recolonização dos países semi-coloniais. Collor, Chiarelli, etc são instrumentos utilizados pelo grande capital estrangeiro e seus associados nacionais para im-

por a miséria às massas e uma educação para uma camada seleta da população.

Portanto, a privatização da educação pública é parte da política antinacional e antipopular decretada por Collor.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO! PELA ESCOLA ÚNICA, PÚBLICA E GRATUITA! FORA COM O IMOBILISMO DAS DIREÇÕES SINDICAIS! PELA PREPARAÇÃO IMEDIATA DA LUTA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA! QUE A CUT ASSUMA A DEFESA DO ENSINO CONTRA A INVESTIDA REACIONÁRIA DO GOVERNO.

Os inimigos da escola pública se manifestam

Anísio Pereira, diretor-geral do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), faz coro com Chiarelli e demais defensores da privatização do ensino. Apoiar-se na "modernidade" pregada por Collor para demonstrar que "a presença da iniciativa privada no processo educacional é salutar e tem impedido que o pior — o colapso de todo o sistema — ocorra". Nada mais falso. O auto da rede privada tem tirado das mãos do Estado o ônus da educação e colocado na esfera da iniciativa privada o encargo do ensino do país. Isso tem acarretado um aumento dos índices de analfabetismo, a evasão crescente de alunos e a elitização de uma parcela muito pequena da população.

A elitização e a mercantilização são partes da política imposta pelos países exploradores e que encontra na semi-colônia portas eloquentes como o professor Anísio Pereira. Não é verdade que o acordo MEC-USAID mantém sua plena vigência sob outra roupagem?

Anísio representa os interesses daqueles que sempre lucraram e continuam lucrando com o avanço da escola privada. Por isso, é natural que defenda "o direito do cidadão escolher a escola que ofereça posição filosófica e educacional compatível com a sua maneira de pensar". Nada mais absurdo. O que de fato está em jogo é o direito de existência das escolas religiosas (católicas, metodistas, etc). Não se trata do direito de escolha do cidadão, mas do direito de atuação dessas escolas em detrimento das escolas públicas. Sabemos, por outro lado, que o ensino religioso é um dos canais de sustentação do regime capitalista e de alienação das massas, que, se não frequentam as escolas da elite, são catequizadas pelos mais variados meios. Defende, desta forma, a perpetuação do regime de exploração e a dominação ideo-

lógica da classe burguesa. E, por fim, omite que a maioria da população é vetada qualquer escola, pois seu salário não possibilita nem sequer utilizar a escola pública, quanto menos uma do tipo da metodista.

O professor vai mais longe, pois prega que o Estado tem o dever de dar educação, mas não obriga o cidadão a frequentar apenas suas escolas. Aqui assegura com "unha e dentes" a sua máquina de lucros. Pois tira do Estado a obrigação de financiar todo o ensino do país, para possibilitar a iniciativa privada mais um campo de atuação e de exorbitantes ganhos.

Contra esses empresários do ensino, que lucram muito às custas da opressão da maioria da população, temos que nos opor duramente. Por isso, a luta consequente pelo ensino público, gratuito passa obrigatoriamente pelo enfrentamento direto contra Anísio Pereira, Chiarelli, Collor, e todos aqueles que defendem a privatização da educação.

Nesse sentido, a defesa da escola pública, única e gratuita significa a destruição de toda rede privada de ensino, seja ela confessional, religiosa ou privada. Trata-se de uma reivindicação que não é exclusiva dos educadores, mas de toda classe trabalhadora e demais setores oprimidos. Desta forma, chamamos a unidade para podermos enfrentar o governo, seu Estado, os patrões do ensino e as investidas dos países opressores. Reconhecemos que só é possível derrotar a política de privatizações, que agora também se alastra para o campo educacional, se colocarmos em pé um amplo movimento anti-imperialista com um programa operário, capaz de mobilizar amplos setores da sociedade contra tal investida.

As tarefas da Oposição Têxtil-SP

No último dia 31 de março, a burocracia pelega do Sindicato dos Têxteis de São Paulo publicou no Jornal Notícias Populares um resumo do edital de convocação das eleições sindicais. Os pelegos iniciaram assim a utilização do novo estatuto para tentar bloquear a participação da classe nas próximas eleições e se preservarem no controle do aparato sindical. A mudança nos estatutos já havia ocorrido através da realização de Assembléia "fantasma", na qual se utilizaram de listas de presença de outras assembléias, reuniões, etc, para aprovarem um estatuto para o sindicato que é ainda pior que a antiga legislação da CLT. Pelo novo estatuto, são necessárias 85 pessoas para compor uma chapa de oposição, a diretoria pode estabelecer o prazo de inscrição da chapa (que foi fixado em 10 dias, incluindo 2 fins de semana) e fazer com facilidade a impugnação da chapa de oposição.

Além de todas as facilidades que lhe dá o estatuto, a diretoria do sindicato ainda se utilizou do Plano Collor para se beneficiar: aproveitou o fato de mais de 50 dos 70 mil trabalhadores da categoria estarem em férias coletivas (mais de 70%, sendo que a maioria nas grandes fábricas) para convocar as eleições e, através de um prazo de pouco mais de 200 horas, evitar que os trabalhadores Têxteis pudessem participar ativamente do processo eleitoral, através da escolha nas fábricas de representantes, de uma convenção aberta da categoria para escolher a chapa e o programa de oposição, etc.

A atitude dos pelegos forçou as forças que compõem a oposição (que já haviam discutido e aprovado um programa classista para estabelecerem uma frente) a formarem uma chapa que acabou ficando sem o aval de uma convenção da classe, apesar dos "Têxteis da CUT" terem defendido a luta pela ampliação do pra-

zo de inscrição. A composição da chapa acabou sendo estabelecida às pressas, e no quadro de dispersão da categoria, dadas as férias coletivas em vigor.

Apesar disso, devido ao programa aprovado, que estabelece um compromisso no sentido de lutar para construir uma direção de classe no sindicato, torna-se possível ao setor classista da oposição ("Têxteis da CUT") trabalharem no seu interior para construir uma fração revolucionária na categoria, o que certamente vai implicar numa luta política com os setores da chapa que provêm da Corrente Sindical Classista, influenciados diretamente pelo PC do B, que apesar de terem acordado sobre o programa para a chapa, tomaram tal atitude apenas formalmente, apenas para garantir a unidade eleitoral. Nas discussões do encaminhamento da campanha, ou para a redação dos boletins, já têm demonstrado aspectos da política estalinista nos sindicatos (eleitoralismo, apego aos cargos, recusa a lançar palavras de ordem que apontem para a luta de classes, etc).

Os "Têxteis da CUT", que obtiveram uma expressiva vitória ao estabelecer uma frente única sobre a base de um programa de classe para o sindicato, têm agora a difícil tarefa de dar um conteúdo de luta para a campanha eleitoral, denunciando o papel dos burocratas, apontando para a ação direta como a forma de resolver os problemas (e não apenas a conquista do sindicato), organizando os trabalhadores nas fábricas, construindo uma fração revolucionária na classe. Sob as consignas de "Contra o desemprego, ocupar as fábricas. Não à redução dos salários, reposição das perdas e escala móvel, abaixo o Plano Collor", desenvolver uma ampla campanha de luta na categoria, apontando para a necessidade da greve geral nacional.

A corrupção sandinista

A Assembléia Nacional da Nicarágua aprovou uma lei proibindo investigações contra os que ocuparam cargos no governo sandinista. É quase como se os sandinistas assinassem um atestado de culpa frente às acusações de corrupção que vem sendo feitas pela imprensa imperialista. O jornal Washington Post denuncia que o presidente Daniel Ortega e outros integrantes da cúpula sandinista, como o ministro do interior, Tomas Borge, acumularam fortunas ilícitas ao longo dos 11 anos de poder, boa parte das quais está depositada em bancos estrangeiros. Com a lei aprovada, não será possível legalmente abrir investigações sobre a origem das fortunas da cúpula sandinista.

Depois de traírem a revolução, submetendo-se às pressões do imperialismo, preservando o poder da burguesia e finalmente entregando o comando do Estado a uma representante do imperialismo, os dirigentes sandinistas procuram agora garantir os privilégios adquiridos, e não medem esforços para isso. No último dia 28/03, o governo sandinista assinou um acordo com uma equipe representante da presidente eleita Chamorro, no qual se comprometem a reduzir os efetivos e despartidarizar o Exército, submetendo-o ao poder "civil", ou seja, à Chamorro, ao imperialismo. Chamorro será a comandante do Exército. Em troca, os sandinistas asseguraram para si algumas das propriedades que desapropriaram nos quase 11 anos em que estiveram no poder. O acordo ainda previa a desmobilização dos contras e a garantia de anistia e reintegração dos mesmos na Nicarágua, que aliás não foi cumprido pelos agentes imperialistas.

O Imperialismo Ampara Chamorro

Em Washington, o Congresso americano aprovou uma ajuda de 300 milhões de dólares para o governo de Chamorro.

Com a ajuda financeira, o imperialismo espera dar fôlego suficiente ao novo governo para que este possa contornar momentaneamente a crise econômica e assim criar condições para um refluxo das massas, um fortalecimento da burguesia nativa vinculado estreitamente à ajuda imperialista e uma desmobilização sandinista. Assim, estarão dadas as condições para uma investida repressiva que abrirá as portas para a rapina imperialista.

A única alternativa à contra revolução em marcha está na efetivação das reivindicações das bases sandinistas de não entregar o poder ao imperialismo. É preciso armar as massas para salvar a revolução e varrer com o democratismo burguês pró-imperialista. Somente com o Estado e a economia nas mãos das massas é que o país poderá enfrentar o imperialismo. Somente expropriando a burguesia será possível avançar na revolução e defendê-la contra a asfixia imposta pelo imperialismo, pelas burguesias latino-americanas e pela colaboração estalinista.

Abaixo os acordos podres do sandinismo, que vendem o sangue dos heróis da revolução nicaraguense em troca da manutenção de seus privilégios!

Não à entrega do poder ao imperialismo! Armar as massas para resistir!

Pela expropriação das riquezas acumuladas ilicitamente pela cúpula sandinista!

Pela expropriação da burguesia e pelo controle da economia pelas massas.

Não ao perdão aos contras! Defender a Revolução!

A crise bate forte na Inglaterra

Os países europeus começam a sentir agora de maneira direta os efeitos da crise mundial capitalista. A inflação começa a escapar do controle das burguesias imperialistas. No mês passado, o governo sueco foi obrigado a propor um pacote de congelamento de preços e salários e proibir as greves, dada a crise econômica e social. Para um país capitalista desenvolvido, taxas de inflação de 9% são uma verdadeira calamidade.

A Grécia enfrenta uma inflação de 16,5%, a Espanha, 7,3%, a Itália, 6%, Portugal, 13,1%. Em média, a inflação de fevereiro na Europa foi de 0,5%, o que é um índice altíssimo, ainda mais se considerarmos que para constituir essa média foram incluídos países como Alemanha, Holanda e França, que estão com índices anuais inferiores a 3%.

Na Inglaterra, já se prevê uma inflação de 9% para 1990, e a moeda britânica desvalorizou 4% desde março. As taxas de juros são as mais altas desde os anos 30. E foi nesse quadro que a 1ª ministra Thatcher decretou o chamado "poll tax", uma espécie de imposto sobre serviços, que seria paga por todos os cidadãos com mais de 18 anos, estimado em 400 libras.

A taxa abusiva levou mais de 40 mil pessoas às ruas de Londres em direção à residência da 1ª Ministra para protestar. A democracia burguesa não tardou em reprimir violentamente os manifestantes, tendo aprisionado mais de 300 pessoas e ferido mais de 400.

A crise social que explode agora na Inglaterra é produto do chamado "capitalismo popular" de Thatcher, que elevou o nível de vida da população de média e alta renda e rebaixou violentamente as condições de vida da maioria pobre. Os jovens não encontram mercado de trabalho, dada a recessão, e são cada vez mais taxados por impostos para sustentar a crise do Estado. A taxa indiscriminada foi a gota d'água para explodir a insatisfação generalizada. Os governos imperialistas têm agora que enfrentar a crise nos seus próprios territórios e contra suas próprias populações. O proletariado passará a desempenhar importantes lutas nesses países imperialistas, o que facilitará o movimento revolucionário internacional.